



1290003435



FE

ICC/UNICAMP N17a

**Faculdade de Educação da Universidade  
Estadual de Campinas**

**Karina Cataldo Silva do Nascimento**

**Anna Luther Bagby e o Colégio Batista Brasileiro**

**: A contribuição educacional dos batistas na Primeira República**

**Campinas, São Paulo**

**2007**



200803046

**Karina Cataldo Silva do Nascimento**

**Anna Luther Bagby e o Colégio Batista Brasileiro**

**: A contribuição educacional dos batistas na Primeira República**

*Trabalho de Conclusão do Curso de  
Pedagogia para obtenção de  
Licenciatura Plena em Pedagogia,  
pela Faculdade de Educação da  
Universidade Estadual de Campinas.*

**Orientador: Prof. Dr. José Claudinei Lombardi**

**Campinas, São Paulo**

**2007**



UNIDADE.....	FE
Nº CHAMADA:	TCCL UNICAMP
	m17a
V:.....EX:.....	
TOMBO:	3435
PROC:.....	129108
C:.....D:.....	7
PREÇO:.....	11,00
DATA:.....	01/03/08
Nº CPD:.....	426523

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca  
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

N17a

Nascimento, Karina Cataldo Silva do.

Anna Luther Bagby e o Colégio Batista Brasileiro / Karina Cataldo Silva do Nascimento. -- Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientador : José Claudinei Lombardi.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Ensino religioso – Brasil. 2. Grupo escolar. 3. Educação feminina. I. Lombardi, José Claudinei. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

07-616-BFE

**Folha de Aprovação de:**

**Karina Cataldo Silva do Nascimento**

**Anna Luther Bagby e o Colégio Batista Brasileiro**

**: A contribuição educacional dos batistas na Primeira República**

*Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia para obtenção de Licenciatura Plena em Pedagogia, pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, aprovado em 10 de dezembro de 2.007.*

<b>Leitores</b>	<b>Assinatura</b>
<i>1º Leitor: Prof. Dr. José Claudinei Lombardi</i>	
<i>2º Leitor: Prof. Dr. Sérgio Castanho</i>	

## Dedicatória

*Em memória aos missionários batistas que com muito trabalho e dedicação deram ao Brasil uma opção de fé e de educação.*

*Ao meu amado esposo e companheiro Sandro Alves do Nascimento que no decorrer destes cinco anos de estudos, auxiliou-me com sua incansável paciência e sabedoria.*

*Aos professores e amigos da Faculdade de Educação que contribuíram para a minha formação como docente e pesquisadora.*

## Agradecimentos

*Ao meu querido orientador Prof. Dr. José Claudinei Lombardi, que teve a paciência e a cumplicidade de deixar desabrochar a pesquisadora que há em mim, respeitando minhas limitações e aguardando o tempo certo das minhas digestões teóricas para fazer-me suas provocações sutis mais certeiras. Estas me ensinaram a responsabilidade intelectual que o pesquisador deve ter para com o social e consigo mesmo. Além, é claro, da certeza que o fazer histórico é sempre dialético e por isto, a pesquisa histórica sempre tem algo por fazer.*

*Ao Prof. Dr. Sérgio Castanho por sua dedicação nas disciplinas História da Educação I, III e Tópicos Avançados em História da Educação. Todas fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.*

*Ao programa de Iniciação Científica da UNICAMP - PIBIC/CNPq que financiou parte desta pesquisa durante os anos de 2004/2005.*

*Ao Colégio Batista Brasileiro, representado por Dona Josima, responsável pelo Arquivo Histórico, no período de 2004/2005, que tão generosamente me auxiliou na coleta de dados e me enriqueceu com suas histórias de interna desta nobre instituição na década de 30.*

## Epígrafe

***“Quando esta instituição deixar de ganhar almas para ti, Senhor, deixe-a morrer”***

*(Anna Luther Bagby, na ocasião de fundação do Colégio Batista Brasileiro em 1901).*

## Resumo

Os cristãos batistas chegaram ao Brasil, na metade do século XIX, dentre os imigrantes norte-americanos. Eles encontraram um país agrícola, exportador que tinha como sua principal mão-de-obra, o escravo. Ou seja, um país muito semelhante à região ao sul de seu país natal, mas sem uma estrutura educacional acessível a todos.

Carentes de apoio espiritual e educacional estes imigrantes clamaram aos conterrâneos o envio de missionários que pudessem auxiliá-los. Seus pedidos foram ouvidos no final do século XIX, quando os primeiros missionários chegaram ao Rio de Janeiro, trazendo em suas bagagens uma nova crença religiosa. Politicamente, esta nova crença, tinha seus fundamentos firmados em valores desejados por uma parte da população brasileira: liberdade de expressão religiosa, democracia, sufrágio universal, entre outros.

Da mesma forma como os cristãos católicos, estes missionários teriam influenciado a educação nacional, durante os anos da Primeira República? Era a proposta educacional dos missionários batistas de caráter progressista?

Este trabalho busca descrever e analisar como se deu a contribuição educacional dos batistas durante os anos de 1901 a 1919, tendo como objeto de análise o Colégio Batista Brasileiro, fundado e dirigido pela missionária Anna Luther Bagby, durante este período, na cidade de São Paulo.

Palavras chaves: educação confessional – grupos escolares – educação feminina

## **Abstract**

The Christian baptists had arrived at Brazil, in the half of century XIX, amongst the North American immigrants. They had found agricultural, exporting a country that it had as its main man power, the slave. That is, a very similar country to the region to the south of its native country, but without an accessible educational structure to all.

Devoid of support educational spiritual and these immigrants clamaram to the countrymen the sending of missionaries who could assist them. Its order had been heard in the end of century XIX, when the first missionaries had arrived at Rio De Janeiro, bringing in its luggage a new religious belief. Politically, this new belief, had its beddings firmed in values desired for a part of the Brazilian population: religious liberty of speech, democracy, universal suffrage, among others.

In the same way, as the Christian catholics, these missionaries would have influenced the national education, during the years of the First Republic? It was the proposal educational of the missionaries baptists of progressive character?

This work searches to describe and to analyze as if it gave to the educational contribution of the baptists during the years of 1901 the 1919, having as analysis object the College Baptist Brazilian, established and directed for the missionary Anne Luther Bagby, during this period, in the city of São Paulo.

Words keys: confessional education – school groups – feminine education

## Lista de ilustrações<sup>1</sup>

Figura 1- Anna Luther com seu pai.....	68
Figura 2 - Baylor College, Independence, Texas.....	71
Figura 3 - Anna e William no dia do casamento.....	73
Figura 4 - Capa do Programa de Comemoração do Aniversário .....	77
Figura 5 - Anna Luther Bagby nas dependências do colégio .....	82
Figura 6 - D. Anna e seu esposo entre o corpo discente em 1919.....	94
Figura 7 - O Colégio Batista Brasileiro em seu primeiro local de funcionamento, em 1901.....	96
Figura 8 - Colégio Batista Brasileiro em 1942.....	97

---

<sup>1</sup> Estas fotos foram scaneadas das seguintes obras: as figuras nº 1, 2, 3, 6, 7 e 8 do livro escrito pela filha de Anna, Helen Bagby Harrison, "The Bagbys of Brazil"; a figura nº 4, da cópia do Programa de Comemoração do Aniversário do Colégio de 1980 onde consta parte do manuscrito feito por Anna e figura nº 5 do livro de Ruth Ferreira Mathews, "Anna Bagby, a pioneira".

# Sumário

Introdução.....	10
I. O contexto histórico da educação nacional: de 1850 a 1920 .....	19
1.1 O Brasil de 1850-1870: a consolidação como um país agroexportador .....	21
1.1.1 A educação no país agroexportador.....	23
1.1.2 Os primórdios da inserção batista: a imigração norte-americana .....	27
1.2 O Brasil de 1870-1894: a educação perante a crise e a tentativa de industrialização .....	30
1.3 O Brasil republicano e seu ideário educacional: 1894 a 1920.....	38
1.3.1 A educação no Brasil de 1894 a 1920.....	40
II. Os cristãos batistas.....	43
2.1 As teorias sobre a origem dos batistas.....	45
2.1.1 J. J. J ou a teoria sobre Jerusalém – Jordão – João .....	45
2.1.2. Parentesco Espiritual com os anabatistas do século XVI .....	46
2.1.3 Os separatistas Ingleses do século XVII.....	49
2.2 Os princípios e as doutrinas batistas.....	51
2.2.1 A identidade batista reflexo de seus princípios e suas doutrinas.....	52
2.2.2 A Confissão de fé de New Hampshire .....	56
III. Os pioneiros batistas.....	61
3.1 O clamor pelos missionários batistas .....	62
3.2 Memórias de uma vida: Anna e William.....	67
IV – O Colégio Batista Brasileiro .....	77
4.1 O interesse educacional dos batistas.....	78
4. 2 A história do colégio .....	83
4.2.1 A relação entre os batistas e a ilusão liberal: a fundação do colégio .....	83
4.2.2 A organização e a estruturação do colégio .....	89
Conclusão .....	98

## Introdução

Ajudar a preencher lacunas históricas de nossa educação foi este o intuito motivador da pesquisa que fundamenta este texto. Intenção nascida como fruto das constantes provocações realizadas ao longo das aulas das disciplinas de Fundamentos da Educação ligadas ao campo da História.

Num primeiro momento, estas provocações era apenas um incômodo ocasionado por não encontrar, nas páginas dos livros de História da Educação, referências a uma história conhecida por nós<sup>2</sup> e aparentemente desconhecida pelos acadêmicos.

Com o tempo, este incômodo tornou-se maior porque após as leituras realizadas, concluímos que um grupo religioso tem poder para influenciar decisivamente na estruturação educacional de um país.

Esta percepção é corroborada por Saviani (2004) que ao revisar todo o processo da origem de nossa política educacional, pontua como a ação educacional dos católicos determinou em vários momentos, os rumos de nossa educação, mesmo com a ocorrência de movimentos<sup>3</sup> que buscavam limitar sua influência.

O nosso entendimento sobre a ampla visibilidade dado à influência católica na educação em detrimento as demais influências, possivelmente exercidas pelos grupos religiosos inseridos no Brasil após a vinda da Corte Portuguesa (1808), associada a nossa crença de que estes outros grupos religiosos exerceriam, no campo educacional, uma resistência a educação católica, nos motivou a adotarmos esta temática.

---

<sup>2</sup> A pesquisadora é membro da Igreja Batista desde 1.998 onde desenvolve pesquisas e atividades educacionais tanto institucionais como seculares.

<sup>3</sup> Reformas Pombalinas (1772) e a Proclamação da República (1889).

É certo que muitos podem advogar que esta ampla visibilidade dada aos católicos é justificada por este ser o grupo religioso mais expressivo numericamente em nosso país, e por fazerem parte de nossa sociedade desde a nossa gênese, quando ainda éramos uma simples extensão de Portugal.

Contudo, acreditamos que a História da Educação Brasileira não pode ignorar a existência da influência de outros grupos religiosos se quiser ter um registro fiel de sua própria trajetória, ainda mais quando estas influências podem ser entendidas como decisivas para a propagação dos novos ideais que contaminaram a nossa sociedade nos anos finais do século XIX, resultando tanto em uma nova forma de governo quanto numa nova organização escolar.

Sendo assim, consideramos que o processo de elaboração deste trabalho, se deu semelhantemente como o processo descrito pelo historiador Ciro Flamarion S. Cardoso, em sua obra “Uma introdução à história” no qual ele admite que:

A escolha de um tema começa quase sempre com o interesse por um campo de estudos, uma problemática ampla e ainda mal definida, despertado por leituras prévias ou mesmo por experiências pessoais diversas (...). A passagem deste interesse pouco preciso à descoberta e posterior delimitação de um problema a pesquisar será possível através de várias atividades. O estudioso sentirá a necessidade de aprofundar suas leituras, não só as que se referem direta ou mesmo indiretamente à problemática ou período que desperta o seu interesse (...). É através destas atividades variadas que o pesquisador acabará identificando uma lacuna no conhecimento, ou uma diferença de opinião com estudos anteriores, o que lhe permitirá finalmente a formulação de um tema preciso de pesquisa (CARDOSO, 1984, p. 79).

Nossa escolha pelo campo da História da Educação aconteceu tanto pela predileção quanto pela percepção da lacuna mencionada. Mas, antes de uma delimitação mais precisa de nosso problema, foi necessário verificarmos se a nossa percepção inicial era de fato uma realidade ou apenas uma omissão legitimada na expressividade numérica dos católicos.

Realizamos uma busca nos acervos das principais bibliotecas universitárias do Estado de São Paulo<sup>4</sup> e encontramos poucos trabalhos acadêmicos que tinham como objeto de estudo os trabalhos educacionais promovidos por grupos religiosos não-católicos. Nossa percepção havia sido confirmada, localizamos apenas:

- Ramalho, Jether Pereira. “Colégios protestantes no Brasil” Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1975.
- Barbanti, Maria Lúcia H. “Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo”, São Paulo: USP, 1977.
- Schulz, Almiro. “Fundamentos da Educação Protestante no Brasil: Hipóteses explicativas” Campinas, PUC-Campinas, 1989.

Analisando estas pesquisas a partir de suas datas de publicação, notamos que esta temática é pouco abordada pelos historiadores da educação, sendo comum a opção pelo uso da categoria “protestante” como instrumento de análise.

Em nosso entendimento, esta opção não considera as especificidades existentes em cada grupo, expressas em suas doutrinas e práticas rituais, o que leva a diluição dos fundamentos nos quais o conceito de educação está assentado.

Em decorrência desta diluição, as ações educacionais realizadas são destituídas de suas especificidades, o que provoca a neutralização de suas influências na educação e por esta razão, entendemos tal posicionamento mais como ideológico do que como metodológico.

Em nossa opinião, fazer uso desta categoria homogeneizante é uma forma de tornar estes grupos e suas influências em nossa educação menos visíveis e desinteressantes para a história da educação. Além disto, em nosso entender, são exatamente as especificidades destes grupos que podem justificar ou não, a adoção de uma ou outra postura frente à questão educacional dentro de um determinado contexto histórico.

---

<sup>4</sup> Esta pesquisa deu-se na USP, UNESP e UNICAMP através de seus sistemas de busca on-line desenvolvidos para dar acessibilidade aos seus acervos via internet.

Por estes motivos, optamos realizar esta pesquisa tendo como objeto de pesquisa a obra educacional dos batistas e consideraremos as especificidades teológicas deste grupo como fator determinante para as escolhas educacionais realizadas por eles no âmbito educacional. Deste modo, acreditamos que contribuímos para inovar a abordagem desta temática dentro do campo da História da Educação.

Sabemos, por senso-comum, que estes cristãos foram opositores doutrinários dos católicos, tendo para isto, desenvolvido uma obra educacional específica como forma de resistência durante os anos da inserção e organização deste grupo em nossa sociedade.

Por esta razão, dentro do meio religioso, os batistas são conhecidos como profundos conhecedores da Bíblia e detentores de um rígido hábito de estudos, já que tinham que provar a sociedade brasileira que não eram incultos como a Igreja Católica proclamava.

Desta forma, tendo este grupo religioso penetrado em nossa sociedade no decorrer do conturbado período da Primeira República (1889-1930) e durante este período constituído suas bases institucionais, questionamos se este grupo não teria contribuído para a formação do novo modelo educacional que estava sendo erguido.

Mesmo sendo um grupo em formação e quantitativamente inexpressivo, os batistas foram capazes de influenciar a educação nas localidades em que fixaram suas atividades religiosas porque possuíam um conceito educacional diferenciado dos católicos, decorrente de seus princípios e doutrinas?

Provocados por esta questão, o objetivo principal desta pesquisa é analisar o processo de influência dos batistas durante os anos da Primeira República, tendo como questão norteadora desta hipótese de trabalho a seguinte pergunta: Como os batistas exerceram sua influência educacional nos anos da Primeira República (1889-1930)?

Nossa intenção mais profunda é explicitar se a ação educacional deste grupo pode ser entendida como progressista ou não e a partir desta constatação, tentar determinar quais são as características que a fundamenta.

Ressaltamos que entendemos como progressista uma ação educacional inovadora e conectada com os ideais do período estudado e retrógrada, uma ação educacional que tenha como finalidade manter *o status quo* educacional vivenciado no período analisado.

Para tanto, partimos em busca de fontes que pudessem nos auxiliar na verificabilidade de nossa conjectura, já que para “o historiador o que mais conta é a existência e disponibilidade de uma documentação abundante e adequada ao tema proposto” (CARDOSO, 1984, p. 75).

O que encontramos reforçou ainda mais nossa impressão que este projeto carregava em si a essência da originalidade. Poucos autores, tanto no âmbito acadêmico como no âmbito religioso se debruçaram sobre a história deste grupo, tendo sua ação educacional como centro de reflexão.

Além disto, é como pesar que constatamos que os batistas apesar de terem uma boa expressão numérica dentro de nossa realidade religiosa atual<sup>5</sup>, ainda não possuem a conscientização da importância de manterem um centro de documentação sobre sua história institucional.

Os documentos utilizados no decorrer desta pesquisa em sua grande maioria tratam mais das atividades eclesiais do que das atividades educacionais, sendo poucos os documentos dedicados exclusivamente a esta questão. Entretanto, mesmo nesta escassez foi possível encontramos documentos relevantes para esta pesquisa, guardados nos acervos das instituições educacionais batistas existentes no Estado de São Paulo<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Pelo censo do ano de 2.000, divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – os brasileiros auto-declarados batistas somavam um total de 3.162.691 de pessoas.

<sup>6</sup> Seminário Batista Teológico de Campinas, Faculdade Teológica Batista de São Paulo e Colégio Batista Brasileiro, em São Paulo.

Infelizmente, nestas instituições, estes documentos foram encontrados em caixas depositadas em sótãos e porões, totalmente dispersos, o que só faz reforçar a opinião de Cardoso sobre as condições de realizações de pesquisas históricas em nosso país.

Segundo ele, “no Brasil, e em geral na América Latina, acontece com alguma frequência que o historiador, previamente à sua coleta de dados, deva realizar trabalho de arquivista, pondo em ordem materiais não classificados e até salvando documentos em perigo de próxima destruição” (CARDOSO, 1984, p. 86).

Estas dificuldades não nos impossibilitaram de realizar nosso intento e fizemos uso de poucas e variadas fontes históricas. Sobre estas, entendemos que

estão ligadas as possibilidades de análise e de processamento dos dados, e em geral delas depende a contrastação das hipóteses, de modo a garantir a objetividade e a intersubjetividade. As fontes históricas são todos os tipos de informação acerca do devir social no tempo, incluindo tal noção igualmente os próprios canais de transmissão dessa informação, isto é, as formas em que foi preservada e transmitida. Assim, serão fontes históricas as redações que nos chegaram em papiros, tijolos de barro, paredes de monumentos, pergaminhos, papéis, etc. objetos materiais diversos como templos, túmulos, moedas, móveis, quadros, etc; restos ou contornos de paisagens agrárias ou monumentos desaparecidos perceptíveis através da fotografia aérea feita em certas condições, etc. (CARDOSO, 1984, p. 84).

Por causa da especificidade de nosso trabalho, fizemos uso de dois tipos bem usuais de fontes históricas: as primárias ou diretas e as secundárias ou indiretas. Como é sabido: as fontes primárias surgem em decorrência direta do tema pesquisado e no caso dos documentos escritos podem ser tanto manuscritas quanto impressas. Tivemos o privilégio de fazer uso de ambas.

Já as fontes secundárias não são produzidas em decorrência do tema pesquisado, são frutos de pesquisas e estudos realizados sobre o tema como livros e artigos e também destas fizemos uso.

Assim, as fontes primárias manipuladas por nós são constituídas de documentos referentes à história dos batistas no Brasil contada através de: atas de reuniões, cartas, relatórios de comissões, manuscritos e diários deixados por seus membros diretamente envolvidos com a obra educacional, além de obras editadas tendo como temática a história deste grupo em nosso país ou a vida das pessoas que levaram a frente à direção da obra educacional.

As fontes secundárias constituem numa extensa e atualizada bibliografia sobre a história da educação dos anos da Primeira República e sobre a história dos batistas no Brasil.

Como o nosso objeto de pesquisa era inicialmente muito amplo – a obra educacional dos batistas – foi necessário delimitar sua abrangência a partir da definição de quem era os responsáveis diretos pelas ações educacionais. No caso dos batistas, historicamente, estes responsáveis são os missionários.

Missionários são representantes de grupos religiosos que deixam o seu país de origem e deslocam-se para outros países onde sua crença religiosa não é conhecida com o propósito de divulgá-la entre os nativos. É esperado que entre os nativos que tiverem contato com esta divulgação, uma parte passe a professar esta crença e queira, voluntariamente, fazer parte deste grupo e em conjunto com os missionários, lançar os fundamentos das instituições que vão prover e expandir esta crença neste país.

Mas, que missionários estudar? Todos?

Considerando o momento histórico escolhido para este estudo estar compreendido durante os anos da Primeira República e conhecendo previamente a relação existente entre a inserção social dos batistas e suas ações educacionais, fizemos a escolha dos missionários que teriam suas obras educacionais estudadas, elegendo como critério de seleção, o sucesso de sua ação educacional. Este sucesso é entendido por nós através da permanência e continuidade desta obra, mesmo com a ausência de seus fundadores.

Dentre os missionários batistas que exerceram atividades educacionais nos anos da Primeira República foram escolhidos os primeiros missionários batistas no Brasil para terem sua obra educacional como objeto de nossos estudos.

Eles são William Buck e Anna Luther Bagby, fundadores do Colégio Batista Brasileiro que ainda hoje persiste como referência educacional dos batistas na cidade de São Paulo.

É a partir da história destes missionários e do colégio que fundaram que a nossa análise tentará delimitar a influência dos batistas em nossa educação e por causa da especificidade de nosso objeto de pesquisa, esta análise tenderá a ser em alguns momentos mais descritiva e em outros, mais interpretativa. Como nos lembra CARONE (1983), toda análise subentende grande conhecimento factual da época, e em nosso caso, da estrutura e dinâmica de funcionamento do grupo religioso estudado. Pretendemos, portanto, construir nossa narrativa em quatro capítulos, dispostos da seguinte maneira:

- No primeiro, traremos o contexto histórico da época da inserção dos batistas no Brasil, tratando tanto de aspectos políticos, econômicos e sociais quanto de aspectos educacionais.
- No segundo capítulo, faremos uma breve apresentação histórica dos cristãos batistas, focando as teses sobre suas origens e destacando a importância de seus princípios e doutrinas
- No terceiro capítulo, faremos uma breve biografia do casal Bagby e de suas realizações como missionários no Brasil;
- No quarto capítulo, descreveremos a história de fundação e direção do Colégio Batista Brasileiro, durante os anos de 1902 a 1919, quando este foi administrado pela missionária Anna.

Acreditamos que desta maneira, chegaremos à conclusão deste trabalho, munidos de muitos dados históricos e educacionais que nos auxiliarão na verificação da hipótese levantada nesta introdução com o intuito de julgarmos sua plausibilidade.

Julgamos ser necessário mais uma vez, esclarecer que nossa narrativa terá sua escrita alternada entre uma análise descritiva e uma interpretativa porque a primeira trará os elementos factuais que fizeram esta história acontecer e a segundo, a dinâmica na qual ocorreram.

Quanto ao resultado desta pesquisa, defendemos que muito mais importante que suas conclusões foram os esforços para a sua realização. Estamos conscientes que estes esforços são os responsáveis pela postura crítica e questionadora que adquirimos ao final de nossa formação como educador.

Acreditamos que a temática aqui contemplada não se esgota e que as escolhas feitas nesta pesquisa possuem como objetivo maior, lançar luz em direção a propagação de outros estudos históricos sobre a atuação de grupos minoritários em nossa educação, desfazendo nossa tendência simplista de usar categorias homogeneizantes como forma de aglutinar as diversas contribuições educacionais dentro de uma mesma análise.

## **I. O contexto histórico da educação nacional: de 1850 a 1920**

Para que a hipótese desta pesquisa, apresentada na Introdução, seja possível de uma análise crítica, se faz necessário reconstruirmos parte de nossa história educacional, pois somente assim, poderemos dimensionar a amplitude da influência batista realizada através do Colégio Batista Brasileiro.

Diferentemente da história dos cristãos católicos que tiveram sua inserção em nossa sociedade como decorrência do nosso processo colonizador português, os cristãos batistas só o fizeram por causa de um acontecimento específico que gerou desdobramentos em dois momentos distintos de nossa história.

Esta informação é importante porque justifica o corte temporal realizado na formulação deste contexto, sendo responsável também pela escolha da periodicidade abordada.

Para os historiadores batistas CRABTREE (1937), MESQUITA (1940) e PEREIRA (1985), há duas datas que marcam a inserção batista no Brasil: os anos de 1861 e 1881.

O ano de 1861 é o ano da chegada dos primeiros imigrantes norte-americanos ao Brasil, fugidos da Guerra Civil Norte-Americana (1861-1865). O ano de 1881 é o ano da chegada de Anna e William ao Brasil como missionários enviados pela Igreja Batista.

Tendo a História do Brasil e mais especificamente, a História da Educação como ponto de partida para nossas reflexões, estas datas nos remetem ao Brasil Imperial da segunda metade do século XIX e a sua organização escolar.

Porém, como o nosso objeto de estudo é o Colégio Batista Brasileiro, durante os anos de 1902 e 1919, quando esteve sob administração de Anna, nosso contexto histórico deve ser estendido até quase o final da Primeira República, para que possamos ter clareza das

principais características da nossa educação no decorrer deste período e como a obra educacional proposta pelos batistas influenciou a nossa educação.

Para fundamentarmos a reconstrução destes dois períodos de nossa educação, faremos uso da brilhante abordagem sobre a organização escolar de nosso país realizado pela professora Maria Luisa Santos Ribeiro em sua obra “História da educação brasileira: a organização escolar”.

Escolhemos a periodicidade desenvolvida nesta obra porque sua autora considerou as relações sociais, econômicas e políticas, para determiná-la. Esta escolha foi realizada porque, assim como nós, ela considera ser impossível ignorar as relações sociais e produtivas de uma sociedade quando se tem como objetivo pesquisar a sua educação, pois são estas relações que determinam a organização escolar existente.

Ribeiro (2003) defende que durante os períodos estudados a base econômica existente foi essencialmente agrária e comercial, porém apresentou ao longo dos anos, sutis diferenças que influenciaram na organização escolar.

Por esta razão, o ano de 1861 encontra-se situado no contexto denominado de consolidação do modelo agrário-comercial exportador dependente, que abrange o período de 1850 a 1870. E o ano de 1881 está inserido num outro contexto, no qual o modelo agrário-comercial exportador dependente encontra-se em crise e o Brasil vivencia uma tentativa de industrialização. Este contexto abrange o período de 1870 a 1894 e tem a educação retratada em duas fases por causa da Proclamação da República (1889).

Por fim, os anos estudados do Colégio Batista Brasileiro, estão inseridos num outro contexto, caracterizado por Ribeiro como um contexto (ainda) marcado pelo modelo agrário-comercial exportador dependente que se estende entre 1894 a 1920.

## **1.1 O Brasil de 1850-1870: a consolidação como um país agroexportador**

O país que recebeu os primeiros cristãos batistas era um país marcado pela mudança social provocada pelo lucro da expansão da lavoura cafeeira a partir de 1840.

Esta nova atividade apesar de ser agrícola não seguiu o modelo construído pela cultura de cana-de-açúcar, pois a sociedade na qual estava alicerçada estava deixando sua base rural-agrícola para assumir uma nova estrutura, caracterizada por ser simultaneamente, urbana, agrícola e comercial.

A dinâmica social passava aos poucos para as cidades que se tornaram os centros capitalistas deste período, oferecendo serviços diversos, através de uma nova reorganização do sistema de trabalho para uma população progressivamente crescente e influenciada pelas idéias republicanas, liberais e positivistas trazidas da Europa e dos Estados Unidos.

Entretanto, esta nova sociedade nada tinha de novo quanto a sua estrutura produtiva porque ainda faz uso da estrutura herdada do período colonial: a grande propriedade, o trabalho escravo e o fornecimento ao mercado externo.

Por esta razão, Ribeiro (2003) denomina este período como “Modelo Agrário-Comercial Exportador Dependente” ou simplesmente, agroexportador, porque a base da economia não se altera. O Brasil continua sendo um país agrário, só que com um novo tipo de cultivo, o café.

Todo o seu sistema de trabalho irá permanecer inalterado até o final do século XIX e quando este sofre a legalização de sua alteração – de mão-de-obra escrava para mão-de-obra liberta – em 1888, por ocasião da Abolição da Escravidão, os motivos geradores desta mudança estão mais relacionados com os interesses externos do capitalismo internacional do que por causa da opinião nacional a respeito da questão.

Esta sociedade agroexportadora é constituída por uma base trabalhadora (escravos, semi-escravos, trabalhadores livres), uma camada média em franco crescimento formado por trabalhadores liberais (médicos, advogados, engenheiros), militares e comerciantes e uma “aristocracia” constituída pelos grandes produtores que dominavam o Império por serem responsáveis pelo motor da exportação: o café.

Por este motivo, este período também é caracterizado como exportador. Seu principal mercado era o mercado externo representado pela nova potência consumidora mundial, os Estados Unidos da América.

Politicamente, o Brasil vive o início do Segundo Reinado (1840-1889). É neste momento que o Império se consolida, pois a lucratividade do café dá possibilidades ao Estado de realizar inúmeras benfeitorias como a construção das estradas férreas. E como defende alguns historiadores, é o período da complexificação do aparelho do Estado, pois este passa a exigir para os seus quadros de funcionários, pessoas mais letradas, influenciando a opção do governo por uma educação orientada para formação de sua elite, centrada no ensino superior, em detrimento da educação popular.

Contudo, esta opção do governo é também responsável por ser o Brasil deste período caracterizado como dependente, pois, ao invés de criar suas próprias soluções para atender as demandas sociais, o Brasil optava em buscar em países prósperos, soluções para suas questões internas ignorando suas especificidades. Isto criou o mecanismo de transplante cultural responsável pelo constante atraso científico e tecnológico de nosso país.

Para Ribeiro (2003) esta prática é a responsável pelo comprometimento de nossa ação criadora e foi uma das razões pelas quais a educação do período não conseguiu excelência nem no preparo para o acesso ao ensino superior nem para uma formação humana decente, formando uma elite intelectualizada, mestre em retórica e pouco eficaz na arquitetura de soluções para os problemas nacionais.

Para outra historiadora da educação brasileira, Maria Elizabete Xavier, o Brasil aqui retratado está “em plena Modernidade, [pois] a produção de bens se organiza em bases técnicas rudimentares, de forma extensiva e predatória” (XAVIER, 1994, p.26-27). É também um momento, no qual o ensino é constituído de forma sofisticada e explicitamente seletivo.

### **1.1.1 A educação no país agroexportador**

A educação neste país agroexportador é uma educação elitista. Todo o sistema de ensino, iniciado por ocasião da autonomia política em 1822<sup>7</sup> é voltada para a formação da elite nacional, através de um ensino superior estatal, localizado nas principais cidades do Império.

Seguindo o modelo europeu de política educacional da época, o Brasil Imperial optou pela administração descentralizada dos níveis de ensino, com o intuito de adequá-los as necessidades locais. Desta forma, era responsabilidade das Províncias oferecerem o ensino primário e secundário, ficando o ensino superior sob a responsabilidade do Império.

Contudo, esta política educacional nem sempre foi implantada por duas razões: primeiro por falta de condições financeiras das Províncias; segundo, por limitação das próprias leis, restritivas ao município da Corte<sup>8</sup>, esboçando os verdadeiros interesses dos grupos dominantes sobre a educação.

Apesar disto, este período foi tido com um período de grandes realizações no âmbito educacional, no qual se destaca as seguintes realizações:

criação da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, destinada a fiscalizar e orientar o ensino público e particular (1854); estabelecimento das normas para o exercício da

---

<sup>7</sup> Independência do Brasil.

<sup>8</sup> Cidade do Rio de Janeiro.

liberdade de ensino e de um sistema de preparação do professor primário (1854); reformulação dos estatutos do Colégio de Preparatórios, tomando-se por base programas e livros adotados nas escolas oficiais (1854); reorganização do Conservatório de Música e reformulação dos estatutos da Aula de Comércio da Corte (RIBEIRO, 2003, p. 54-55).

Todas estas realizações visavam dar organicidade ao sistema de ensino que estava sendo construído, teoricamente, em toda a nação e mais, especialmente, no município da Corte.

Para Ribeiro (2003) estas realizações foram frutos mais do crescimento econômico e da conciliação dos partidos políticos que proporcionaram a atuação de alguns interessados da época<sup>9</sup>, do que um reflexo da preocupação do Império sobre a instrução popular.

Aliás, sobre estes aspectos a autora faz importantes alertas:

O primeiro deles é o de que a responsabilidade e, portanto, o interesse econômico-político-social dos grupos dominantes durante o período agora analisado restringiam-se ao ensino superior (em âmbito nacional) e, quanto aos outros níveis, restringiram-se à sede do governo (Rio de Janeiro). O segundo aspecto é o de que numa organização econômico-político-social como a do Brasil - Império, as medidas especialmente relacionadas à escola acabavam por depender marcadamente da boa vontade das pessoas. Pessoas estas que atuam dentro e nos limites da estrutura educacional existente. As modificações proposta são superficiais por serem pessoas pertencentes à camada privilegiada, sem razões fundamentais para interessar-se pela transformação da estrutura social geral e educacional, especificamente. São superficiais, também, pelo tipo de formação superior recebida, que oferece uma interpretação da realidade, fruto desta perspectiva de privilégios a serem conservados ou quando muito uma interpretação da realidade segundo modelos importados, os mais avançados, mas resultado de situações distintas e, por isso, inoperantes. (RIBEIRO, 2003, p. 55)

Em outras palavras, é evidente que o interesse pela educação estava profundamente relacionado com o interesse das classes dominantes em garantir a formação em nível superior aos seus descendentes e este interesse explica porque o governo imperial tratou logo de trazer para a sua supervisão, o ensino secundário, até então, de responsabilidade das províncias, com

---

<sup>9</sup> Couto Ferraz, Eusébio de Queiroz, entre outros.

a criação do Colégio D. Pedro II e a imposição de seu currículo como modelo padrão ao ensino secundário.

Esta manobra política teve como finalidade defender os interesses da classe dominante, e com afirma Xavier (1994) a intenção de uma administração descentralizada, seguindo os moldes europeus, não passava de um mecanismo para agradar a aristocracia cafeeira e consolidar o Império.

De fato, os moldes como se deu a expansão do ensino secundário neste período, denuncia o resultado inevitável da divisão de competências no âmbito da instrução pública.

Aproveitando das brechas legais, o nível secundário tornou-se alvo de diversas iniciativas privadas, em sua maioria realizadas por estrangeiros, com vista a suprir a deficiente estrutura pública de liceus e o interesse das camadas médias e superiores de terem seus filhos ascendendo ao nível superior de ensino.

Para isto, preparava-os exclusivamente para concluírem com sucesso, os exames que davam acesso a este nível de educação, pois, acreditavam que o preparo intelectual era o caminho para a ascensão social (RIBEIRO, 2003).

Entretanto, este ensino secundário, segundo a mesma autora, não atendia ao proposto idealizado de formar tanto para o ensino superior quanto para uma formação humana por causa da “atitude dos interessados na solução dos problemas escolares em buscar soluções teóricas em modelos estrangeiros” (RIBEIRO, 2003, p.60).

Este transplante cultural, que até hoje marca nossa educação brasileira, foi desta forma, legitimando a formação histórica de duas escolas públicas: uma para a elite e outra para os demais membros da sociedade.

Esta dualidade acaba sendo reforçada pelo entendimento das classes dominantes do período em considerar a educação primária como responsabilidade da família, legitimando a

prática colonial de fazer uso de preceptores estrangeiros para o ensino das primeiras letras de seus filhos.

Com esta atitude, as classes dominantes ausentavam-se de exercer pressão social para a difusão as escolas elementares (escolas de primeiras letras), e quando a faziam, era apenas num discurso civilizado que cultivavam e de que lançavam mão em épocas de instabilidade interna ou de descrédito externo (XAVIER, 1994). Esta atitude retórica por parte das lideranças explica porque a educação neste período estava presente mais no papel do que no dia-a-dia da população.

Nas províncias onde estas instituições existiam, o ensino era constituído por aula de leitura, escrita e cálculo tal como definida pelo Decreto de 1827.

O método de ensino adotado era o lancasteriano ou ensino mútuo, onde a atribuição da tarefa de transmitir aos colegas a instrução recebida de um professor era confiada aos alunos tidos como mais adiantados por este e servia para acobertar

a desmotivação do Estado agroexportador e escravocrata em garantir as condições mínimas para o funcionamento da escola pública, ou seja, a formação e a remuneração adequada de professores. Dessa forma, acabou se transformando num fator a mais para a fragilização, em termos de qualidade, do ensino público elementar implantado no período (XAVIER, 1994, p.65).

Esta situação de precariedade oriunda dos fatores apresentados foi alvo de acaloradas discussões entre políticos e literatos da época, porém, estes propunham mais do que exerciam pressão para ver executadas as mudanças propostas.

Tomemos como exemplo desta retórica inflamada a Reforma Couto Ferraz ou Regimento de 1854 que propunha as seguintes mudanças para a nossa educação:

- A obrigatoriedade do ensino elementar.
- Reforço do princípio de gratuidade da escola pública.
- Veto ao acesso de escravos em escolas públicas.
- A necessidade de criação de classes especiais para adultos.

Sobre a implantação destas mudanças temos o seguinte relato:

os próprios anais do Parlamento nos dão conta do descumprimento da maior parte dos dispositivos desse famoso Regimento. A falta de escolas, de professores e as condições de vida e de trabalho da população, mesmo na sede do governo, inviabilizaram a implantação da lei. No entanto, essa reforma não deixou de inspirar muitas províncias que, sem as condições mínimas para fazer valer a letra da lei, adotaram o princípio da obrigatoriedade do ensino elementar. Esse preceito legal refletia, Esse preceito legal refletia, antes de qualquer coisa, uma preocupação em aparentar ‘civilização’. Ele não deixava, contudo, de expressar, conforme se pode apreender através do discurso político da época, uma preocupação das elites dirigentes com a difusão indesejável de ideários progressistas e com a possibilidade de se utilizar a instrução popular como instrumento de controle social (XAVIER, 1994, p. 84).

Quanto à abrangência deste precário ensino primário, acredita-se que “um décimo da população a ser atendida o era realmente. Não se tem certeza, já que não existiam estatísticas educacionais” (RIBEIRO, 2003, p. 57).

Foi dentro deste cenário sócio-econômico e educacional que em 1861, os primeiros imigrantes norte-americanos chegaram ao Brasil. Dentre eles, alguns traziam uma nova crença que exigiria novos valores e atitudes de nossa sociedade quanto à educação.

### **1.1.2 Os primórdios da inserção batista: a imigração norte-americana**

O início do interesse dos batistas por nosso país coincide com a imigração americana causada pelo flagelo da Guerra Civil Americana (1861-1865) e posterior depressão econômica vivenciada pelos Estados Unidos.

Nesta época, nossa estrutura sócio-econômica era muito semelhante à existente no sul dos Estados Unidos: uma economia e sociedade construída sob a produção agrícola mono latifundiária escravocrata.

Muitos destes imigrantes fixaram residência em núcleos populacionais espalhados em várias regiões do Brasil<sup>10</sup>. Ao todo, estima-se que o número de imigrantes americanos que chegaram ao Brasil durante os anos da guerra foram entre cinco a oito mil, tendo esta multidão um perfil bem eclético: de médicos a lavradores; de fazendeiros falidos a aventureiros, todos buscavam esquecer o horror da guerra e suas conseqüências sociais e econômicas.

As experiências mais bem sucedidas destes núcleos populacionais deram origem a duas importantes cidades do Estado de São Paulo: Americana e Santa Bárbara D'Oeste. Parte do sucesso destas experiências é atribuída à qualidade das terras, as suas reservas hídricas e a sua localização, favorecida pela expansão cafeeira e pelos investimentos estruturais realizados na região de Campinas para o escoamento da produção. Os imigrantes aí residentes dedicaram-se à lavoura, à agricultura e à criação de animais.

Para os historiadores batistas, Oliveira (1985) e Machado (1994), o estabelecimento destes imigrantes foi benéfico para população local porque esta se beneficiou seus conhecimentos trazidos por eles, principalmente, aos ligados a tecnologia agrícola.

Oliveira relata em sua obra a sensação causada entre os agricultores locais, ao terem contado com o arado americano, que fazia uso da tração animal para preparar a terra para o plantio. Segundo a autora:

Os americanos ficaram famosos em seu tempo pela habilidade em lidarem com burros e pela perfeição do serviço com os arados. A novidade do arado espalhou-se nas redondezas onde moravam, para os lugares mais distantes. O interesse era tão grande que foram convidados a fazer uma demonstração pública em São Paulo, no Parque Dom Pedro II, e convocados lavradores de todos os recantos para aquela tão importante demonstração (OLIVEIRA, 1985, p. 20).

Esta admiração pelo espírito prático dos imigrantes também era compartilhado pelas autoridades do governo. Machado (1994) afirma que o governo imperial facilitou a burocracia

---

<sup>10</sup> Belém, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Santos, Iguape, Cananéia, Paranaguá, Rio Grande e interior de São Paulo.

com o credenciamento, estabelecendo agentes em todos os órgãos governamentais, como forma de evitar que a mesma desestimulasse a vinda dos imigrantes.

Estes eram muito desejados por nossos governantes por que

o Brasil vivia um período de muita carência de mão-de-obra qualificada, e eles ajudavam o País a superar essas dificuldades. [...] A posição de reconhecimento pelo imperador [...] era reforçada através da apreciação à cultura [...] e pela sua ideologia prática e liberal (LEONARD, 1963, p. 47-48).

A postura adotada pelo governo estimulou o imaginário social a ter uma visão acrítica da influência provocada por estes estrangeiros em nossa sociedade. De certo modo, podemos inferir que a imigração norte-americana foi fundamental para a expansão das idéias republicanas e liberais que nas décadas posteriores eclodiriam com a Proclamação da República.

Porém, mesmo com todo o esforço do governo brasileiro, muitos imigrantes retornaram aos Estados Unidos quando a Guerra Civil chegou ao fim. Os motivos segundo Machado (1994) foram: a dificuldade em se adaptar a um país tropical e as suas vicissitudes como doenças e clima; além das promessas do governo americano de incentivos fiscais e linhas de crédito para a reconstrução do país.

Entre os que resolveram permanecer no Brasil estão os americanos responsáveis pela vinda dos primeiros missionários batistas em 1881: Anna Luther Bagby e William Buch Bagby, conhecidos como os pioneiros.

Estes vivenciaram a crise do modelo agroexportador, as discussões políticas a respeito da abolição da escravidão e sobre a necessidade de uma nova forma de governo que eram influenciadas pelo positivismo científico e pelos ideais republicanos de liberdade e democracia.

## 1.2 O Brasil de 1870-1894: a educação perante a crise e a tentativa de industrialização

Se nas primeiras décadas da segunda parte do século XIX, o Brasil passou por um momento próspero, resultante da lucratividade da lavoura de café; as últimas décadas do mesmo período são marcadas por crise do modelo produtor e também, por tentativas de implantação da industrialização.

No plano político, o Brasil vivencia constantes embates entre republicanos e abolicionistas versus monarquistas e escravocratas. Como a mudança do regime política não muda a base produtiva de nossa sociedade, Ribeiro (2003) trata a organização escolar deste período, em duas fases: a imperial e republicana. Por estarmos seguindo a periodicidade desta autora faremos o mesmo em nosso texto.

Na fase imperial, a sociedade ainda vive sob os efeitos da lucratividade do café que proporcionava investimentos na estrutura de transportes (ferrovias) e de serviços (rede de bancos e telégrafos).

A população mais urbanizada tinha através da importação, ligação direta com os mais avançados maquinários da Europa e também, com os ideais liberais e positivistas. Estes ideais, considerados como modernos pela nossa elite foram acriticamente transplantadas para o nosso cotidiano como tentativa de fazer o Brasil participar dos movimentos intelectuais da Europa e por esta razão, os jornais locais deste período tratam freqüentemente das seguintes questões:

A abolição dos privilégios aristocráticos, separação da Igreja do Estado, instituição do casamento e registro civil, secularização dos cemitérios, abolição da escravidão, libertação da mulher para, através da instrução, desempenhar seu papel de esposa e mãe, e a crença na educação como chave dos problemas fundamentais do país (RIBEIRO, 2003, p. 65)

Porém, esta transplantação cultural de ideais europeus que visava à modernização da sociedade brasileira, não foi um processo isento dos interesses das camadas dominante e média, mas:

era uma exigência de fato, fruto do estágio atingido no processo de mudança da base da sociedade exportadora brasileira, que de rural-agrícola passa para urbano-comercial. [...] É uma necessária adaptação entre regiões hegemônicas e periféricas que integram o sistema capitalista na fase industrial ou concorrencial (RIBEIRO, 2003, p. 65-66).

Esta sociedade em processo de modernização era uma sociedade que dentro do âmbito educacional buscava no processo de reforma, respostas para adentrar mais rapidamente no admirável mundo da modernidade.

Por causa desta necessidade, os princípios de liberdade de ensino e do exercício do magistério e de liberdade de freqüência, propostos pela reforma de Leôncio de Carvalho de 1879, difundiram-se rapidamente pelo Império.

A insistência na busca por liberdade dentro do âmbito educacional, provocada por esta reforma está relacionada à crença vigente na época de que era o princípio de liberdade de ensino que proporcionava a prosperidade de países como Estados Unidos (RIBEIRO, 2003).

Entretanto, esta reforma não foi colocada em prática em sua plenitude porque alguns de seus princípios dependiam de aprovação do Legislativo e isto nunca chegou a ocorrer, ficando entre as poucas conseqüências práticas proporcionada por esta reforma a “decretação da liberdade de credo religioso e à abertura ou organização de colégios, onde outras tendências pedagógicas, com a positivista, tentavam ser aplicadas.” (RIBEIRO, 2003, p. 67).

É a partir deste período que surgem as primeiras escolas femininas em nível secundário em nosso país, mas não por iniciativa estatal e sim de particulares, especial por grupos cristãos protestantes como metodistas e presbiterianos.

Antes destas instituições, a educação feminina estava diretamente relacionada com a disponibilidade financeira da família. Caso fosse de família rica, a mulher seria preparada pelos pais e por preceptores nas “primeiras letras e [no] aprendizado das prendas domésticas e de boas maneiras. Uma quantidade menor [...] [recebia] uma instrução secundária não muito profunda” (RIBEIRO, 2003, p. 67).

Também por iniciativa de particulares que surgem as primeiras escolas primárias privadas do país como a Escola Americana (1870), o Colégio Piracicabano de protestantes norte-americanos e a Escola Neutralidade (1884) dos positivistas.

Nos anos que antecedem a Proclamação da República, as questões colocadas para a sociedade brasileira: escravidão, sufrágio universal e liberdade religiosa, servem para demonstrar que o regime imperial já não atendia as aspirações existentes.

Para Ribeiro (2003) e Xavier (1994) estas aspirações eram mais da camada média da sociedade do que da dominante. Entretanto, a primeira não era politicamente forte para executar o processo de mudança e a camada dominante, sempre interessada em manter a harmonia com a burguesia internacional e sua aparência de moderna, não teve outra opção, senão aliar-se aos representantes da classe média (os militares).

Assim, estas classes unem forças para instituírem a República do Brasil, em novembro de 1899. Inicia-se a fase republicana dentro de um contexto agrário-comercial exportador dependente em crise que tentava incentivar a industrialização do país a partir dos investimentos realizados pela burguesia internacional.

Não há neste movimento, nenhuma participação da população, o que difere este movimento republicano do ocorrido em outros países tidos como exemplos<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Estados Unidos da América.

Para Ribeiro (2003) esta omissão terá dentro do âmbito educacional, profundo reflexo negativo, pois as camadas populares não terão força política ao exigirem a ampliação do sistema educacional.

Entretanto, para a organização desta nova forma de governo, a estrutura governamental proposta segue de perto a adotada pelo país modelo, os Estados Unidos da América, porque este era considerado o mais próspero do período.

Porém, os líderes brasileiros da época não se levaram em consideração o fato daquele país apresentar antes da adoção desta forma de governo<sup>12</sup>, um sistema de ensino organicamente estruturado.

Além disto, a escolha do modelo americano de República não se deu somente por causa da prosperidade desta nação, mas também porque a federação e o princípio de descentralização administrativa que a fundamentava

atendia aos interesses tanto dos setores liberais da camada média, como a facção dominante que participa do processo (senhores de café ou burguesia agroexportadora). Esta via na descentralização uma instrumento de concentração de rendas, já que não teria que dividi-las com a outra facção decadente (senhores da lavoura tradicional) (RIBEIRO, 2003, p. 71).

A promulgação da Constituição Republicana de 1891 reafirmou a restrição do voto ao analfabeto, que com o passar dos anos, dificultaria as conquistas populares. Porém, eliminou o critério eleitoral de renda, ampliando a participação popular no governo, com isto, era esperado que o poder público tivesse maior interesse em expandir o sistema escolar, porém

o sistema de dominação que se impõe através das novas regras de participação do poder, dispensava uma preocupação das classes dirigentes com a ampliação da sua sustentação política. [...] O processo político se desenrolava, nesses primórdios do Período Republicano (1889-1930), como um 'jogo de cartas marcadas'. Sustentava-se em mecanismos que iam desde a composição de um colégio eleitoral restrito e comprometido até a mais aberta fraude eleitoral (XAVIER, 1994, p. 104).

---

<sup>12</sup> 1799

Assim, por causa da discriminação política do analfabeto, a instrução passou a ser um elemento de identificação dos grupos dominantes.

Esta nova forma de identificação social formará no imaginário nacional, em associação com a noção de incapacidade, a justificativa para “a exclusão sumária de um grande contingente social do exercício fundamental da cidadania. Essa associação equivocada reforçava o preconceito das elites em relação às camadas populares, colaborando eficientemente para a perpetuação de sua exclusão da vida política nacional” (XAVIER, 1994, p. 104).

Desta forma, já no início da República temos um grande contingente popular excluído da nova forma de governo, constituído pelo mesmo contingente que ficou de fora do movimento que provocou esta mudança de governo e que será, no decorrer do século XX, o fator gerador da dual realidade da organização escolar brasileira: a existência de dois sistemas de ensino, um público e outro particular, uma escola para a elite e uma escola para as camadas populares.

Assim, podemos concluir que a Proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil (1889) não foi resultante de uma revolução popular, mas um golpe militar de Estado, que tinha na colisão entre as classes médias e dominantes da sociedade, intenções bem específicas, tanto para a economia como para a educação.

É o aspecto econômico que trará as primeiras divergências ao novo governo. Não era comum o entendimento da necessidade de taxaço de produtos exportados e importados e esta discórdia quase colocou fim na República, antes que completasse seis anos de idade.

As classes dominantes queriam que a lucratividade do café fosse garantia para os investidores estrangeiros que fomentavam neste período, uma insipiente industrialização e

modernização. Porém, as classes médias eram contrárias a esta manobra econômica, pois, sabiam o que a pressão interna geraria nas contas do novo governo.

Esta dinâmica mal resolvida faz Ribeiro (2003) ressaltar a importância da classe que governa ser também a detentora dos meios de produção. Como as classes médias, representada pelos militares, não detinham de outro meio senão as armas para se manter no poder, os primeiros anos da República foram profundamente tensos e conflituosos.

Como tentativa de controlar a situação, estes fazem uso de seu poder bélico para fazer o governo ser responsável pela diversificação das atividades econômicas, orientando o capital existente e oriundo da cafeicultura para atividades financeiras, comerciais e industriais.

Há como isto, um intenso movimento de criação de negócios nas principais cidades brasileiras: bancos, firmas comerciais de diversos tipos, companhias industriais, de estrada de ferro, são criadas com o incentivo do governo republicano.

No âmbito educacional, a manutenção da descentralização do sistema escolar, é a evidência inquestionável do desinteresse do governo republicano pela difusão da instrução, por que

a descentralização escolar, definida em 1834, foi reafirmada na Constituição de 1891, apesar das fartas e antigas denúncias, dos extensos diagnósticos e das estatísticas que revelavam o desastre que essa situação representara para o ensino elementar [permaneceu] como responsabilidade específica agora dos estados [...] em nome de princípios como o do federalismo e da autonomia dos estados [...] princípios de que a oligarquia cafeeira lançara mão para não ter que arcar com o ônus das regiões mais pobres (XAVIER, 1994, p.105).

Desta forma, foram mantidos na República os mesmos mecanismos políticos que durante o Império eram responsáveis pela precariedade da escola primária, nos aspectos qualitativos e quantitativos.

Outro mecanismo que se manteve inalterado foi, mesmo após a mudança da forma de governo, a tendência nacional de tomar a sede do governo como modelo. Em todas as áreas,

mesmo diante dos princípios do federalismo e da autonomia, o município do Rio de Janeiro continuou a ditar as tendências culturais e educacionais.

Por esta razão, é farta e polêmica legislação educacional produzida no período que “além de dispor sobre o ensino superior em todo o país, regulamentava o ensino secundário e primário do Distrito Federal” (XAVIER, 1994, p. 105).

O primeiro decreto na área da educação do período republicano, foi o decreto de Benjamin Constant<sup>13</sup> que propunha reformar o ensino secundário através da colocação em prática dos ideais expressos na constituição: a liberdade, a laicização do ensino e a gratuidade da escola.

Mas, por causa do modelo de descentralização do novo governo, este decreto atingiria apenas a instrução pública primária e secundária no Distrito Federal e a instrução superior, artística e técnica em todo território nacional (RIBEIRO, 2003).

Esta reforma propôs uma mudança curricular do Colégio D. Pedro II<sup>14</sup>, introduzindo o “estudo das Ciências, incluindo noções de Sociologia, Moral, Direito e Economia Política, ao lado das disciplinas tradicionalmente ensinadas” (XAVIER, 1994, p. 106). Além, de propor modificações na estrutura escolar do ensino primário, agora antiga escola de Primeiras Letras.

O ensino primário passou a ser organizado em duas etapas: a primeira etapa de 1º grau para alunos com idade entre 7 a 13 anos e, a segunda etapa, de 2º grau, para alunos de 13 a 15 anos (RIBEIRO, 2003).

Esta nova estrutura tornou o currículo elementar ainda mais complexo, apesar de exigir para a docência o diploma do Curso Normal, que constitui em um avanço significativo (XAVIER, 1994). Desta forma, era intenção deste decreto:

- Tornar os diversos níveis de ensino formadores e não apenas preparadores;

---

<sup>13</sup> Primeiro ministro da pasta da Instrução, Correios e Telégrafos (1890-1892).

<sup>14</sup> Esta reforma também mudou o nome do colégio que até os anos de 1911 passou a ser conhecido como Ginásio Nacional.

- Fundamentar a formação na ciência, rompendo com a tradição humanista clássica, por esta razão foi introduzido o ensino de: matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia e moral;

Porém, esta reforma foi alvo de críticas porque não respeitava

o modelo pedagógico de Comte (...) no que diz respeito à idade de introdução dos estudos científicos (...) tornando o ensino enciclopédico. Este fato constitui outro motivo de crítica e acaba por comprometer a defesa do princípio de que a base da formação humana deveria ser científica, dando força àqueles que defendiam a predominância literária. (...) E esta vai ser uma característica do primeiro período republicano: ora uma reforma pende para uma predominância, ora para outra, sem contudo, progredir no sentido de conseguir-se um ensino secundário mais adequado às novas tendências sociais no Brasil (RIBEIRO, 2003, p. 76-75).

Quanto ao ensino primário, ele “permaneceria até 1920 um ensino de ‘primeiras letras’, como o definira o Decreto Imperial de 1827. Ficaria restrito, até as famosas reformas estaduais de 1920, ao aprendizado da leitura, da escrita e do cálculo, com mera alfabetização” (XAVIER, 1994, p. 108).

Desta forma, mesmo com a mudança de governo (de monarquia para república) as questões nefrálgicas da educação brasileira, não avançam rumo a soluções significativas. Foi neste Brasil que em 1881, os pioneiros batistas, Anna e William aportam no Rio de Janeiro.

Eles presenciaram os instantes finais do governo imperial e a instalação do governo republicano, enquanto lançavam os pilares de sua instituição eclesiástica em solo brasileiro, nesta sociedade que buscava desesperadamente fazer parte do mundo moderno.

Em 1901, quando fixaram suas atividades na cidade de São Paulo, a sociedade brasileira conhecida por estes missionários há quase duas décadas estava completamente consolidada na nova forma de governo, mas ainda existia alicerçada economicamente no modelo agrário-comercial exportador dependente .

### 1.3 O Brasil republicano e seu ideário educacional: 1894 a 1920

Como apresentamos anteriormente, com a Proclamação da República nada mudou na estrutura sócio-econômica do Brasil, houve apenas a mudança na forma de governo que tirou o poder político das mãos dos aristocratas monarquistas e o colocou nas mãos dos aristocratas republicanos. Enfim, a mudança de poder deu-se dentro das classes dominantes e por esta razão, há autores que afirmam que

a Proclamação da República (1889), apesar de ter contado com a simpatia popular e o respaldo da intelectualidade progressista do país, que a reivindicava desde o movimento da Independência, não refletiu uma mudança da ordem econômica nacional. Embora se desse num momento em que o velho modelo agroexportador já acusava sinais de exaustão, a instalação do regime republicano nada mais representava que uma rearticulação do poder. Através dela, adequava-se a ordem política a uma situação econômica já definida desde a instalação do Segundo Reinado (1840), com o início do ciclo do café. Eram os cafeicultores que, finalmente, após décadas de partilha do poder com a oligarquia açucareira praticamente falida, conquistavam o domínio absoluto do aparelho do Estado (XAVIER, 1994, p.102).

Pelo mesmo motivo, Ribeiro (2003) o caracteriza como sendo um contexto (ainda) do modelo agrário-comercial exportador dependente que inicia no último ano do governo do presidente Marechal Floriano Peixoto, 1894.

Por este tempo, a aliança política que existia e deu origem a República Brasileira não tinha mais condições de continuar, pois, para resolver a crise econômica que se arrastava desde antes da mudança de governo, era necessário a liderança nacional atender às exigências da burguesia internacional, representada pelos bancos ingleses, credores das modernizações realizadas no Brasil durante o final do Império e o início da República.

Entre estas exigências estavam: a retirada do governo das classes médias,

representadas pelos militares; e a reorganização interna do país, deixando a cargo das oligarquias de cada Estado, a responsabilidade de solucionar seus próprios problemas.

Excetuando a classe dominante, todo o resto da população brasileira, inclusive a classe média, sentiu os efeitos do cumprimento destas exigências (RIBEIRO, 2003), principalmente porque os benefícios da modernização não foram desfrutados pela maioria da população brasileira, que ainda estava no campo, produzindo a riqueza nacional, o café.

A classe dominante para não sentir os efeitos destes arranjos políticos, governava o país através da ‘política dos governadores’ e da ‘política de valorização dos produtos agrícolas’. Na primeira, “o sistema eleitoral republicano se corrompia para atender aos interesses da oligarquia cafeeira. Através da segunda, o sistema econômico nacional era subjugado, acelerando a sua falência para atender aos interesses do café” (XAVIER, 1994, p. 102).

Esta situação foi mantida de forma satisfatória até o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), por causa das condições de trabalho e do isolamento da maioria da população (que era rural), e também pela influência das manobras políticas do coronelismo, que garantiram o sucesso destas políticas. Porém, com o término da guerra, “as manifestações urbanas de descontentamento vão se intensificando” (RIBEIRO, 2003, p. 79).

Isto ocorre porque a sociedade brasileira passa por uma nova fase de mudanças, na qual a industrialização nacional tornando-se mais dependente das políticas internacionais imperialistas e o poder do capital brasileiro deixa de estar nas mãos da aristocracia cafeeira, decadente por causa do mercado internacional frágil, e passa para a nascente aristocracia urbano-industrial.

Há, neste novo arranjo social brasileiro, uma retomada dos debates sobre o destino do país que

como não poderia deixar de ser, atinge em cheio a questão da educação e da escola. Enquanto os setores conversadores da camada

superior zelavam pela manutenção dos seus privilégios educacionais, os seus setores progressistas pregavam a modernização do sistema de ensino de elite. As camadas médias, e mais particularmente a sua parcela instruída, mais do que nunca influenciadas pelas doutrinas liberais europeias e norte-americanas, reivindicam a democratização do regime político e do sistema escolar. (XAVIER, 1994, p. 117)

São os anos da década de 20 que se aproximam trazendo novos desafios para a sociedade brasileira que até o final da década anterior mantivera sua educação elitizada, fingindo que não havia uma ampla massa popular excluída da escola. Porém, estas questões fogem das pretensões desta pesquisa. Vamos agora detalhar mais um pouco a educação brasileira existente durante os anos de 1894 a 1920.

Será neste período que surgirá administrado pelos missionários batistas, Anna e William Bagby, o Colégio Batista Brasileiro, objeto de nosso estudo.

### **1.3.1 A educação no Brasil de 1894 a 1920**

O período estudado de 1894 a 1920, dentro da História da Educação, ficou marcado pelas diversas reformas educacionais que foram propostas e colocadas em práticas. Temos em 1901, o código Epitácio Pessoa; em 1911, a reforma Rivadávia, em 1915, a reforma Carlos Maximiliano e em 1925, a reforma Luís Alves-Rocha Vaz.

Todas estas reformas tinham como objetivo principal determinar para a educação brasileira, ou uma orientação humanista clássica, ou uma orientação realista ou científica; e a oscilação entre uma e outra orientação, é reflexo da política brasileira em seguir as propostas estrangeiras trazidas principalmente da França, onde esta questão estava em alta.

Desta forma, por opção política, a nossa educação, durante estes anos da Primeira República, será marcada pela dependência cultural que criará a falta de capacidade criativa nacional que a caracterizará e agravará, no dia-a-dia escolar, o descrédito nacional quanto à teoria importada e a prática sem teoria, o que resultará entre outros problemas, no descontrole do analfabetismo.

Esta nossa incapacidade de encontramos soluções para os nossos problemas educacionais é legitimada pela intenção política existente de querer formar pessoal qualificado apenas para atender os interesses de um pequeno grupo da população.

Desta forma, pelo menos no âmbito educacional, podemos afirmar que nos anos da Primeira República, a postura política existente é de manutenção da postura política encontrada no decorrer de todo o período imperial. E talvez, por este motivo, historiadores como Xavier, tendem a analisar os efeitos destas reformas como pouco significativos para o ensino, sendo reconhecidas como as mais significativas as reformas que fizeram o ensino de nível secundário ter “seu tempo de duração [variar] entre sete, seis e cinco anos e a participação do ensino de Filosofia eliminada do currículo pela marcante influência positivista nas primeiras reformas” (XAVIER, 1994, p. 107).

A dificuldade de se estudar este período, por faltarem dados oficiais, é outro fator que levam os historiadores denunciarem a não-prioridade do Estado quando a educação do período.

Os poucos dados levantados pelos historiadores estudados, demonstram que:

- No ensino primário, o tipo de escola comum nos idos de 1907, era aquela que tinha apenas um professor e uma só sala agrupando todos os alunos de diferentes níveis de desenvolvimento.

- No ensino secundário, há uma expressiva expansão do número de escolas, mas todas estão sob administração de particulares. Por causa disto, há uma seleção entre os que irão seguir para o ensino superior e os que deixarão o estudo para trabalhar, na proporção de um para dez, o que reforça o seu caráter propedêutico.
- No ensino superior também é observada uma expressiva expansão no número de instituições, todas vinculadas ao setor privado, o que acentua a tendência ao bacharelismo do ensino superior deste período.

Diante do apresentado concluímos que a educação apesar de ser tida como a chave para as mudanças desejadas pela nação, na prática do dia-dia, tem sua importância condicionada aos interesses das oligarquias regionais, mais desejosas de manterem seus privilégios do que expandi-los para todos os cidadãos brasileiros.

Estas oligarquias locais só vão sofrer uma pressão social significativa pela realização de reformas educacionais numa região do país, o Sudoeste. Isto ocorre porque é nesta região que ainda manterá a prosperidade da produção cafeeira até o início dos anos trinta.

Esta prosperidade alongada favoreceu o desenvolvimento urbano e a possibilidade de mobilidade social nesta região, permitindo que desta região, surja o modelo republicano de escola primária, que resistirá ao fim da Primeira República e se espalhará por todo o território nacional, no decorrer do século XX, constituindo na organização escolar predominante de nossa História da Educação, os grupos escolares.

Porém, para este trabalho, o contexto histórico escrito até aqui, já atende aos propósitos desejados, pois nos dá uma clara idéia de como era a sociedade e educação brasileira na qual os cristãos batistas foram se inserir e fundar um colégio.

## II. Os cristãos batistas

Os cristãos batistas fazem parte do amplo universo religioso conhecido atualmente pela popular designação de evangélicos. Esta categoria traz em sua construção, as mesmas limitações apontadas para a categoria ‘protestantes’ termo mais usual até os anos 80 para classificar esta vertente do cristianismo.

A diversidade característica desta vertente cristão é fruto das tensões que deram origem aos conflitos que possibilitaram a ruptura da hegemonia católica no século XVI, quando diante de posturas questionadoras de Lutero, Zwínglio, Bucer e Calvino, esta instituição perdeu o controle sobre a interpretação bíblica.

A intenção destes teólogos era limitar a influência católica nos Estado-Nacionais em formação, que usava sua interpretação bíblica para explorar o povo (venda de indulgências) e fortalecer financeiramente o Vaticano. Esta desvirtuação do texto bíblico ocorria por causa do uso do latim como língua oficial do papado.

As mudanças, iniciadas com as teses luteranas, tinham como o princípio fundamental, a liberdade de consciência, expressa pela liberdade do indivíduo de interpretar os textos bíblicos sem a tutela de um líder católico. Para isto, era necessário que o texto bíblico fosse impresso e distribuído em língua vernácula.

Esta necessidade foi amplamente aceita pelas classes dominantes de Estado-Nacionais em formação (Alemanha, Suíça, Áustria), pois constituiria num instrumento de unificação de suas populações. Esta necessidade também favoreceu o surgimento da escolarização, que se tornava, neste momento, instrumento fundamental para que as massas populares tivessem

acesso ao texto bíblico. Por estas razões, a Alemanha figura como sendo um dos primeiros países a estruturar o sistema de ensino na Europa.

Entretanto, este mesmo princípio foi o responsável pelo surgimento dos diversos grupos religiosos cristãos não-católicos que dão origem a diversidade dos evangélicos.

No interior deste movimento, conhecido historicamente como a Reforma Protestante, surgem as primeiras instituições eclesásticas totalmente separadas do Vaticano. Elas surgiram, quase sempre, em torno de um líder teológico específico (Lutero, Zwínglio, Calvino) fez uso da prática neotestamentária de enviar testemunhas para a pregação do Evangelho para agregar fiéis as suas causas.

Estas instituições são hoje denominadas de denominações cristãs de missões ou igrejas históricas e abrangem: a Igreja Presbiteriana, a Igreja Luterana, a Igreja Anglicana, a Igreja Metodista e a Igreja Batista. De modo geral, todas estas denominações

ênfatizam os princípios que supostamente remontam às experiências vividas pelos cristãos primitivos do século I, a saber: as Escrituras Sagradas como única regra de fé e prática, sacerdócio universal dos crentes, salvação recebida somente pela fé em Cristo, sem muita ênfase às obras (MACHADO, 1994, p. 17).

Quanto as suas divergências teológicas, estas não estão relacionadas com nenhuma doutrina específica que seja divergente dos princípios acima, e por esta razão, são tidas como particularidades de cada grupo ao interpretar o texto bíblico. Isto em nada as desqualifica em serem identificadas como cristãs.

Em relação aos batistas, grupo escolhido para a realização desta pesquisa, há várias teorias sobre sua origem. Saber como esta Igreja passou a existir é importante para que possamos entender as escolhas realizados por seus missionários quando estavam à frente do Colégio Batista Brasileiro, pois a ideologia destes missionários tem fundamento na história de seu grupo, que legitimou algumas práticas sociais em detrimento de outras.

Por esta razão, traçaremos aqui, um breve resumo das três teorias mais aceitas sobre a origem da denominação batista, discutidas no Brasil, pelos historiadores Pereira (1985)<sup>15</sup> e Machado (1994)<sup>16</sup>.

## **2.1 As teorias sobre a origem dos batistas**

### **2.1.1 J. J. J ou a teoria sobre Jerusalém – Jordão – João**

Os adeptos desta teoria afirmam que os cristãos batistas são descendentes de uma linha ininterrupta de fiéis que estariam reunidos desde os tempos bíblicos.

Esta teoria foi desenvolvida na Europa nos séculos XVIII e XIX, como o intuito de rebater o argumento católico de que estes eram a única igreja verdadeira porque fora instituída por Jesus Cristo quando este escolhera Pedro como líder dos demais apóstolos.

Esta teoria foi propagada através das obras de Thomas Crosby, “História dos Batistas Ingleses” de 1738; e de G. H. Orchard, “História Concisa dos Batistas Estrangeiros”, de 1855. Porém, a dificuldade em considerá-la legítima pela comunidade científica atual, está na ausência de fontes históricas que permitam rastrear sua origem desde os tempos bíblicos.

---

<sup>15</sup> Pastor e professor batista do Seminário Batista do Sul, no Rio de Janeiro, durante 30 anos dedicou-se a cadeira de História da mencionada instituição. É autor de vários livros, entre eles, “Breve História dos Batistas” e “História dos Batistas no Brasil: 1882-1982”; ambos são usados neste trabalho.

<sup>16</sup> Líder batista atuante na área educacional. Foi durante o período de 1988-2004 diretor do Colégio Batista Brasileiro, sobre qual escreveu o livro “A contribuição Batista para a Educação Brasileira”, usado neste trabalho.

Para os historiadores brasileiros, ela é mais a expressão de uma necessidade de auto-afirmação do grupo que buscava, ingenuamente nos séculos XVIII e XIX, legitimar sua existência como detentores das práticas neotestamentárias ‘verdadeiras’ ou ‘mais corretas’. Este desejo camuflaria a verdadeira intenção, tornar-se entre os grupos religiosos não católicos da época, o grupo hegemônico.

Na ocasião da inserção dos batistas no Brasil, esta teoria foi amplamente divulgada num opúsculo do pastor J. M. Carroll, intitulado “O rastro de sangue”, com forma de combater as ofensivas da Igreja Católica Brasileira, que fazia uso da falta de legitimidade histórica dos batistas para inibir a imigração de seus fiéis para esta igreja.

Atualmente, lideranças batistas brasileiras se colocam em oposição a esta tese. Para elas, esta teoria é

uma tentativa de dourar a história para tornar [o] passado [batista] mais remoto e comovente, [isto] não é honestidade intelectual. Nós [batistas] não precisamos disso. A veracidade da doutrina batista não depende de identificação com a igreja de Jerusalém. Depende de sua confrontação com o Novo Testamento (COELHO FILHO, 2001).

### **2.1.2. Parentesco Espiritual com os anabatistas do século XVI**

Outra teoria muito divulgada, afirma que os batistas atuais são descendentes do movimento dos anabatistas do século XVI. Estes foram cristãos que fizeram parte de uma ala muito específica e heterogênea de cristãos, conhecidos como radicais protestantes.

Eles foram responsáveis pela Reforma Radical, um movimento difundido pela Alemanha, Áustria, Países Baixos e Holanda como objetivo de implantar o verdadeiro

evangelho, mesmo que fosse necessário fazer uso da força bruta para eliminar os que negassem o movimento.

O grupo praticava o re-batismo de cristãos provenientes de outras denominações cristãs quando estes publicamente decidiam fazer parte de seu grupo. Eles alegavam que somente o batismo por imersão de adultos era a prática bíblicamente aceita para o batismo, porque reproduzia a prática realizada pelos primeiros cristãos. Esta posição confrontava com as práticas dos presbiterianos, anglicanos e luteranos que praticavam o batismo cristão por aspersão e em crianças.

Entretanto, os anabatistas ficaram conhecidos na história por causa de suas reações violentas contra os seus opositores. Muitos historiadores da igreja deixaram documentos em que eles eram adjetivados como os iludidos, os fanáticos, os desmiolados.

Mas há historiadores, como George (1993) que possuem uma visão menos radical sobre os anabatistas do século XVI. Para ele, este grupo queria realizar a reforma da Reforma, ou a correção, da correção do Catolicismo, retrocedendo por meio do Novo Testamento, dos acréscimos da tradição eclesiástica até a raiz da autêntica fé e da ordem. “Eles desejavam não apenas reformar a igreja, mas restaurá-la à sua pureza anterior, apostólica” (GEORGE, 1993, p. 254).

Como grupo, os anabatistas “não se caracterizavam nem pela homogeneidade doutrinária, nem pela eficiência organizacional” (GEORGE, 1993, p. 255). Por esta razão, sempre havia novos escolhidos e novas práticas e ensinamentos incorporados às suas doutrinas. O que provocou muitas distorções bíblicas que corromperam o propósito inicial e justificaram o repúdio dos demais grupos protestantes. Dentre estas práticas, a mais excretada era a poligamia.

Esta postura pouco louvada dos anabatistas, registrada na histórica, é justamente a razão da relutância das lideranças batistas em não considerarem a teoria do ‘parentesco’ histórico como verdadeira. Especialmente, porque os batistas atuais são mundialmente conhecidos por sua postura democrática, fruto do princípio de liberdade de consciência, tão cara para eles. Seria um contra-senso acreditar que em sua gênese, este grupo tenha tido uma postura agressiva para ter suas doutrinas aceitas.

Contudo, esta teoria foi defendida, segundo Pereira (2001), por vários autores a partir do século XIX. Entre estes estão: David Benedict, autor do livro “História Geral da Denominação Batista na América e em outras partes do mundo”, de 1848; Richard Cook, autor de “História dos Batistas em todos os tempos e países” de 1884.

A justificativa destes autores para defender a teoria do ‘parentesco’ histórico era que nem todos os anabatistas do século XVI eram radicais. Para eles, houve a existência de um grupo dissidente que tinha o compromisso de “erguer a igreja verdadeira de Cristo, rebatizando todos que a ela se filiarão, oriundos de outros grupos considerados apóstatas” (Machado, 1994, p. 20). Seria deste grupo o parentesco existente, tendo como elo histórico, a prática de rebatizar todas as pessoas vindas de outras igrejas protestantes. Esta prática é a particularidade mais marcante dos batistas atuais.

Porém, como argumenta Machado (1994), há divergências doutrinárias mais profundas entre os anabatistas do século XVI, sejam dissidentes ou não, com os batistas atuais. Em especial, quanto à aceitação de uma doutrina específica sobre o pacifismo desenvolvida por eles e a necessidade de sucessão apostólica para ministração do batismo. Os batistas atuais nunca aceitaram nem uma nem outra doutrina, por considerá-las sem base bíblica, sendo outro motivo para a negação desta teoria por suas lideranças.

Contudo, há consenso de que os batistas atuais são herdeiros espirituais da Reforma, por terem no escopo de suas doutrinas e práticas, as teses defendidas por Lutero.

### 2.1.3 Os separatistas Ingleses do século XVII

Esta terceira teoria é mais aceita que as duas primeiras, porque há fortes indícios históricos registrados em documentos como atas de assembléias e diários de seguidores. Todo este material versa sobre um período conturbado da História da Inglaterra, quando a religião e a política ditavam os rumos da nação. Esta estava dividida entre três tendências: os anglicanos, os católicos e os puritanos.

Os batistas atuais provavelmente descendem do grupo separatista da Igreja Anglicana que estava insatisfeito com as constantes intromissões do Estado na organização, na liderança e nas práticas doutrinárias da igreja.

Este grupo lutava para que a autoridade das Escrituras fosse suficiente como regra para prática e fé do cristão; que a liberdade de opinião de seus membros fosse respeitada; pelo batismo consciente de crentes; pela crença da segurança eterna dos salvos; pelo batismo e ceia como ordenanças e não como sacramentos; pelo sacerdócio universal de todos os crentes; pela autonomia da igreja local com o governo congregacional; pela separação da Igreja e Estado.

São estes também, os fundamentos da identidade batista brasileira, defendida por vários líderes como o Pr. Irland Pereira de Azevedo<sup>17</sup> e o Pr. Isaltino Gomes Coelho Filho<sup>18</sup>. Estes e

---

<sup>17</sup> Pastor Emérito da Primeira Igreja Batista em São Paulo e professor da Faculdade Teológica Batista de São Paulo.

<sup>18</sup> Pastor da Igreja Batista do Cambuí, Campinas e professor da Faculdade Batista Teológica de Campinas, é autor de vários livros da denominação batista.

outras lideranças entendem que são estas características que aproximam o grupo do século XVII com o atual.

O grupo do século XVII instituiu a primeira Igreja Batista em 1608, na Holanda, onde seus fundadores foram exilar-se, fugidos da repressão na Inglaterra. Em 1611, uma parte dos membros daquela igreja retornou para a Inglaterra e fundou a Primeira Igreja Batista em solo inglês e em 1633, a Igreja Batista Particular da Inglaterra.

Ainda que estas igrejas tenham passado por divergências teológicas quanto à questão arminiana<sup>19</sup>, todas elas eram fiéis aos princípios citados anteriormente. Além disto, foram destas igrejas que surgiram os primeiros grandes nomes da liderança batista, reconhecidos mundialmente como John Smith<sup>20</sup> e Thomas Helwys<sup>21</sup>.

#### Sobre esta teoria

advogam [...] o notável teólogo Augustus Hopkins Strong e o historiador Henry C. Vedder, professor do Seminário Teológico Crozer, na Pensilvânia, de 1894 a 1927. Em sua 'Breve História dos Batistas', publicada em 1907, Vedder declara que depois de 1610 temos uma sucessão ininterrupta de igrejas batistas estabelecidas com provas documentais indubitáveis. Também adota essa teoria o mais recente e respeitado dos historiadores batista, Kenneth Scott Latourette, professor da Universidade de Yale, Torbety resume as razões por que aceita essa teoria: ela não violenta os princípios da exatidão histórica, como fazem os que procuram afirmar uma continuidade definida entre as seitas primitivas e os batistas

<sup>19</sup> A questão arminiana trata da doutrina do livre-arbítrio e suas conseqüências para a compreensão humana da doutrina da Graça de Deus.

<sup>20</sup> John Smyth é considerado por muitos historiadores o fundador da Igreja Batista, conjuntamente com Thomas Helwys, em 1609. Ele foi ordenado ministro da Igreja Anglicana, em 1594 e após certo período, uniu-se aos congregacionalistas, tornando-se um dissidente inglês. Em 1608, ele e outros membros da congregação inglesa em Gainsborough, emigraram para a Holanda, em busca de tolerância religiosa. Lá ele teve contato com membros da Igreja Menonita e aceitou, como verdadeira, a doutrina do batismo de adultos. Em sua teologia, também aceitava o arminianismo, a disciplina espiritual rígida e o reconhecimento de duas lideranças na igreja: o pastor e os diáconos. Mas, antes de morrer, aderiu à Igreja Menonita, deixando o trabalho batista para ser continuado por Thomas Helwys.

<sup>21</sup> Thomas Helwys foi um advogado inglês considerado co-fundador da Igreja Batista, junto com John Smyth, em 1609, na Holanda. Foi ele que levou a congregação fundada na Holanda de volta para a Inglaterra, em 1611. Em seu país, escreveu o folheto "Uma declaração breve do ministério da iniquidade" no qual alertava a monarquia a se submeter a Deus e fez uma crítica do papado e dos puritanos. Por causa deste folheto, foi colocado na prisão, pelo rei Jaime I.

modernos; os batistas não partilham com os anabatistas a aversão destes pelos juramentos e pelos cargos públicos e nem adotaram as doutrinas anabatistas como o pacifismo (PEREIRA, 2001, p. 14).

Mais tarde, seguidores destas igrejas imigraram para o continente americano, na esperança de conseguir nesta nova terra vivenciar suas crenças espirituais sem a coerção do Estado e através de suas práticas missionárias alcançaram o nosso país no século XIX, quando enviaram os missionários Anna e William Bagby.

Quanto ao nome “Batista” segundo os autores estudados é senso comum que este nome não está relacionado com as doutrinas nem com as práticas eclesiais deste grupo. Ele é oriundo das divergências existentes com os demais grupos protestantes, que se opunham às suas doutrinas e deram ao grupo um apelido pejorativo para identificá-lo, referindo-se à sua prática mais divergente: o ato de batizar cristãos de outras denominações protestantes que viessem ajuntar-se à sua instituição.

## **2.2 Os princípios e as doutrinas batistas**

Até o momento nos preocupamos em trazer ao leitor as origens do grupo religioso estudado nesta pesquisa e em alguns momentos desta explanação, tocamos em questões de sobre princípios e doutrinas para legitimar as particularidades deste grupo, pois acreditamos que estas são a base da ideologia propagada através de suas ações sociais.

Como a nossa problemática consiste em evidenciar se a obra educacional dos batistas realizada através do Colégio Batista Brasil influenciou a educação na Primeira República,

entendemos ser necessário nos delongar mais sobre os princípios e doutrinas batistas, para que nossa análise seja consistente.

### **2.2.1 A identidade batista reflexo de seus princípios e suas doutrinas**

No entender da liderança atual<sup>22</sup> dos batistas brasileiros, princípios e doutrinas não podem ser considerados exatamente a mesma coisa. Estes conceitos não são sinônimos por que

princípios são convicções que temos sobre alguma área de conhecimento ou ação. (...) Embora os princípios batistas se baseiem nas páginas do Novo Testamento e se relacionem com as doutrinas e práticas cristãs, não são o que denominamos doutrinas batistas. O entendimento que temos é que princípios são convicções que norteiam nossa maneira de ler e interpretar a realidade que nos rodeia e como interagimos nela. Apesar de neotestamentários, os princípios batistas não abordam sistematicamente as doutrinas cristãs como estão devidamente expostas na ‘Declaração Doutrinário da Convenção Batista Brasileira’, documento que é a sumula do que nós, batistas, cremos por doutrinas bíblicas. (...) Os princípios batistas são um conjunto de convicções que definem o perfil das crenças e práticas batistas (SILVA, 2003, p.22-23).

Seguindo esta tendência de conceituação de princípios, os princípios batistas atuais são:

- 1) O princípio do senhorio de Cristo;
- 2) O princípio da autoridade da Bíblia;

---

<sup>22</sup> A partir do ano 2000, a Junta de Educação Religiosa e Publicações da Convenção Batista Brasileira, publicou uma série de obras em que as crenças dos batistas brasileiros foram discutidas pelas lideranças atuais. Entre estas obras estão: SILVA, Roberto do Amaral. “Princípios e doutrinas batistas: os marcos de nossa fé”, 2003; Coletânea. “Em que crêem os batistas – documentos batistas”, 2001; LIMA, Delcyr de Sousa. “Capacitação cristã – doutrinas bíblicas: identidade doutrinária dos batistas”, 2003. O intuito destas publicações era provocar no meio batista a reflexão sobre a necessidade de resgatar alguns princípios vitais para a composição de sua identidade como também, apontar as necessidades de mudanças, por causa do advento da Era da Informação e a chegada do século XXI.

- 3) O princípio da igreja composta de membros regenerados e bíblicamente batizados;
- 4) O princípio da igreja como comunidade local, democrática e autônoma;
- 5) O princípio da igreja separada do Estado;
- 6) O princípio da liberdade religiosa e de consciência;
- 7) O princípio da competência do indivíduo e sua responsabilidade diante de Deus;
- 8) O princípio da missão da igreja no mundo.

Aparentemente há uma incoerência entre estes princípios e os defendidos pelos separatistas ingleses do século XVII. Entretanto, esta aparência evanesce quando realizamos uma comparação mais minuciosa como a proposta pela tabela abaixo:

<b>Princípios do século XVII</b>	<b>Princípios do século XXI</b>
A autoridade das Escrituras	Princípio da autoridade da Bíblia
A segurança eterna dos salvos	Princípio do senhorio de Cristo
Batismo e ceia como ordenanças e não sacramentos	
	Princípio da missão da igreja no mundo
A liberdade de opinião	Princípio da liberdade religiosa e de consciência
O batismo consciente de crentes	Princípio da igreja composta de membros regenerados e bíblicamente batizados
O sacerdócio universal de todos os crentes	Princípio da competência do indivíduo e sua responsabilidade diante de Deus
A autonomia da igreja local com governo congregacional	Princípio da igreja como comunidade local, democrática e autônoma
A separação da Igreja e do Estado	Princípio da igreja separada do Estado

Como observamos pela tabela, a lista de princípios atuais engloba todos os princípios herdados dos separatistas ingleses, porém com uma diferença, o enfoque. A lista dos separatistas ingleses possui um enfoque mais teológico ao enfatizar a segurança eterna dos salvos, o batismo e a ceia como ordenanças, por causa do contexto histórico do período, que

exigia um detalhamento mais explícito das bases teológicas das práticas particulares, como mecanismo de legitimação.

Hoje, estas questões já estão superadas e por esta razão, estão agrupadas sob dois princípios: o da autoridade de Cristo e da autoridade bíblica.

Para os batistas, a figura de Cristo é entendida como Senhor das vidas dos cristãos que o confessam publicamente e a Bíblia é o instrumento constituído para ser o mediador, entre este senhor e o seu servo.

Não há outro lugar ou outra pessoa em que o cristão deva encontrar respostas sobre questões espirituais como a salvação da alma e a vida após a morte. Da mesma forma, não há outra orientação para as práticas eclesiais além das oferecidas pelos relatos bíblicos quanto à organização e funcionamento de uma igreja.

Entretanto, a lista atual de princípios traz inovações oriundas do próprio processo de desenvolvido desta instituição, ao introduzir o princípio da missão da igreja no mundo.

O destaque deste princípio é justificado também através dos relatos bíblicos e sua ênfase atual está diretamente relacionada com a continuação e sobrevivência desta instituição. O apelo bíblico é uma retórica a continuação da prática missionária realizada pelos primeiros cristãos.

No século XVII, quando a denominação batista dava seus primeiros passos, este princípio estava subentendido pelo princípio da autoridade bíblica, porém nas novas conjunturas, para que a Igreja Batista continue existindo, este princípio deve ser valorizado já que é a principal forma de alistamento de novos fiéis.

Segundo os historiadores batistas, este princípio manteve-se esquecido pelos batistas até o século XIX, quando as igrejas decidiram reunirem-se em associações e convenções para promoverem o envio e sustento de missionários pelos países alcançados pelo capitalismo imperialista europeu.

Em 1905, surge a Aliança Batista Mundial, com sede na Inglaterra, com o objetivo de ser o articulador do sustento financeiro de trabalhos missionários na Índia, a China e outras partes do mundo.

Entretanto, como os batistas têm por princípio que a igreja é formada pela comunidade local e são por essência, autônomas entre si, tendo como governo a prática democrática de seus membros, regenerados e bíblicamente batizados, o exercício missionário realizado pelos batistas é sempre realizado pelo esforço e iniciativa individual de seus membros.

Por esta razão, todas as instituições batistas: associações, convenções, alianças, são de caráter associativos e seus documentos não têm efeito normativos, e sim orientadores, cabendo a cada igreja associada decidir se seguirá ou não as orientações destes documentos.

Esta é a marca mais expressiva dos batistas que, em nossa opinião, será decisiva para explicar como foi desenvolvida a obra educacional dos batistas no Brasil durante a Primeira República.

Diante desta discussão cabe colocar uma questão importante: o que são as doutrinas batistas, se as lideranças atuais entendem que princípios é um conjunto de conceitos que definem a identidade batista? De outra forma, como os batistas entendem as doutrinas de sua fé?

Segundo Silva (2003), doutrinas são ensinamentos acerca da fé cristã. Ao desenvolver esta definição, o autor, por ser uma liderança do grupo pesquisado, faz uso exclusivamente do texto bíblico.

Mas, a partir desta definição podemos conceituar doutrina batista como a maneira pela qual este grupo interpreta e propaga sua crença em Jesus Cristo, tendo como fonte para esta interpretação os relatos bíblicos. O consenso desta interpretação está reunido num documento conhecido como declaração doutrinária batista.

A prática de elaborar declarações doutrinárias é comum entre todos os grupos protestantes, sendo a primeira confissão doutrinária registrada na história, a Confissão de Augsburgo, de 1530. Ela é de tendência luterana e reflete as questões que geraram a Reforma Protestante.

A primeira confissão doutrinária ou declaração batista foi publicada em 1644 e expressava o consenso das sete igrejas batistas localizadas em Londres. Atualmente, os batistas brasileiros possuem a sua própria declaração de fé que rege a doutrina ensinada pelas igrejas batistas filiadas a Convenção Batista Brasileira. Ela foi redigida em 1986, durante a assembléia anual da Convenção Batista Brasileira, reunida em Campo Grande, MS.

Mas, para os anos compreendidos por este estudo, os batistas brasileiros faziam uso de outra confissão, escrita nos Estados Unidos, denominada Confissão de Fé de New Hampshire. Ela foi trazida pelo missionário Z. C. Taylor<sup>23</sup>, um dos fundadores da Primeira Igreja Batista no Brasil, na cidade de Salvador, Bahia, no ano de 1882.

Esta declaração é importante porque ela é a expressão máxima da fé deste grupo religioso e deveria ser o fundamento para todas as suas práticas sociais, inclusive a prática educacional. Por este motivo, na próxima seção trazemos na íntegra o seu texto.

### **2.2.2 A Confissão de fé de New Hampshire**

A confissão de fé de New Hampshire, como mencionado, foi escrita pelos batistas norte-americanos em 1833, sob a liderança do Reverendo John Newton Brown. Ela é uma

---

<sup>23</sup> Zachary Clay Taylor (1851-1919) foi o segundo pastor norte-americano dos batistas a ser enviado, juntamente, com sua esposa, para trabalhar no Brasil. Era amigo de seminário de William Buck Bagby e o incentivou a vir para o Brasil. Fundou com os Bagbys a Primeira Igreja Batista Brasileira, na cidade de São Salvador, BA em 1882.

confissão concisa e clara da fé batista, que foge das querelas teológicas<sup>24</sup> existentes na época em que foi redigida.

Seus simpatizantes afirmam que ela está em harmonia com as doutrinas expressas por confissões mais antigas, mas, com uma expressão verbal mais moderada de sua tendência calvinista, lembrando a posição dos primeiros protestantes ortodoxos.

Foi adotada pela Convenção de New Hampshire, chegando a influenciar outras confissões e nos tempos atuais ainda é a mais largamente aceita e divulgada das confissões de fé batista nos Estados Unidos, especialmente nos estados do norte e do oeste.

Com a chegada dos missionários americanos no Brasil, esta confissão tornou-se a declaração dos batistas brasileiros, passando a ser conhecida como "Declaração de Fé das Igrejas Batistas do Brasil". Foi adotada até o ano de 1986, quando os batistas brasileiros resolveram redigir sua própria declaração, que contém em seu interior, os mesmos princípios adotados pelos missionários.

A seguir, a íntegra do texto da Confissão de New Hampshire de 1833:

#### **Das Escrituras**

Creemos que a Bíblia Sagrada foi escrita por homens divinamente inspirados, e é um perfeito tesouro de instrução celestial; que tem Deus como seu autor, salvação como seu fim, e verdade sem qualquer mistura de erro como seu conteúdo; que ela revela os princípios pelos quais Deus nos julgará; e por isso é, e continuará sendo até o fim do mundo, o verdadeiro centro da união cristã, e o supremo padrão pelo qual toda conduta, credos, e opiniões humanas devem ser julgados.

#### **Do Verdadeiro Deus**

Creemos que há um, e somente um, Deus vivo e verdadeiro, um Espírito infinito, inteligente, cujo nome é YAHVEH, o Criador e Supremo Governador do céu e da terra, inexprimivelmente glorioso em santidade, e digno de toda honra, confiança, e amor possíveis; que na unidade da divindade há três Pessoas, o Pai, o Filho, e o Espírito Santo; iguais em toda a perfeição divina, e executando distintos e harmoniosos ofícios na grande obra da redenção.

#### **Da Queda do Homem**

Creemos que o homem foi criado em santidade, sob a lei de seu Criador; mas por transgressão voluntária caiu daquele santo e feliz

---

<sup>24</sup> Na história das igrejas batistas sempre foi motivo de disputa, durante os anos de 1600 a 1900, a influência das teologias de Calvino e Arminius. Hoje, para os batistas brasileiros estas questões são tidas como querelas, ou seja, secundárias, que em nada descaracterizam a identidade dos mesmos.

estado; em conseqüência do que todos os homens são agora pecadores, não por constrangimento, mas por escolha; sendo por natureza completamente destituídos daquela santidade requerida pela Lei de Deus, inegavelmente inclinado para o mal, e por isso sob justa condenação à ruína eterna, sem defesa ou desculpa.

#### **Do Caminho da Salvação**

Creemos que a salvação de pecadores é totalmente de graça, através do ofício mediador do Filho de Deus; que pelo decreto do Pai, livremente tomou sobre si nossa natureza, mas sem pecado; honrou a Lei Divina pela sua obediência pessoal; que tendo ressuscitado da morte, Ele está agora entronizado no céu; e unindo em sua maravilhosa pessoa as mais ternas simpatias com divinas perfeições, Ele é de todos os modos qualificado para ser um salvador adequado, compassivo e todo-suficiente.

#### **Da Justificação**

Creemos que a grande bênção evangélica que Cristo assegura a tantos quantos crêem nele é a justificação; que a justificação inclui o perdão de pecado, e a promessa de vida eterna sobre os princípios da justiça; que ela é aplicada, não em consideração de quaisquer obras de justiça que nós temos feito, mas exclusivamente através da fé no sangue do Redentor; em virtude do que sua perfeita justiça é livremente imputada a nós por Deus mediante a fé; que leva-nos para um estado da mais abençoada paz e favor com Deus, e nos assegura as bênçãos necessárias para o tempo e a eternidade.

#### **Da Natureza Livre da Salvação**

Creemos que as bênçãos da salvação são colocadas à disposição de todos pelo evangelho; que é o dever imediato de todos aceitá-las por uma fé cordial, penitente e obediente; e que nada impede a salvação do maior pecador na terra exceto sua própria depravação inerente e rejeição voluntária do evangelho; que a rejeição envolve-o em uma condenação agravada.

#### **Da Graça na Regeneração**

Creemos que, a fim de serem salvos, os pecadores devem ser regenerados, ou nascidos de novo; que a regeneração consiste em dar uma disposição santa à mente; que ela é efetuada de uma maneira acima da nossa compreensão pelo poder do Espírito Santo, em conexão com a verdade divina, de maneira a assegurar nossa obediência voluntária ao evangelho; e que sua evidência apropriada aparece nos santos frutos do arrependimento, fé e novidade de vida.

#### **Do Arrependimento e da Fé**

Creemos que o arrependimento e a fé são deveres sagrados, e também graças inseparáveis, operadas em nossas almas pelo Espírito regenerador de Deus; pelo que sendo profundamente convencidos de nossa culpa, perigo e incapacidade, e do caminho da salvação por Cristo, nós retornamos para Deus com contrição, confissão e súplica por misericórdia não fingidas; ao mesmo tempo recebendo genuinamente o Senhor Jesus Cristo como nosso profeta, sacerdote e Rei, e confiando nele somente como único e todo-suficiente salvador.

#### **Do Propósito da Graça de Deus**

Creemos que a eleição é eterno propósito de Deus, segundo o qual Ele graciosamente regenera, santifica e salva pecadores; que sendo perfeitamente consistente com a livre agência do homem, abrange todos os meios em conexão com o fim; que é uma demonstração gloriosíssima da bondade soberana de Deus, sendo infinitamente livre, sábia, santa, e imutável; que ela exclui completamente a vanglória, e promove humildade, amor, oração, louvor, confiança em Deus, e ativa imitação de sua livre misericórdia; que ela encoraja o uso dos meios no mais alto grau; que ela pode ser percebida pelos seus efeitos em todo aquele que verdadeiramente crê no evangelho; que é o alicerce da segurança cristã; e que verificá-la com respeito a nós mesmos demanda e merece a máxima diligência.

#### **Da Santificação**

Creemos que a santificação é o processo pelo qual, segundo a vontade de Deus, nós somos feitos participantes de sua santidade; que ela é uma obra progressiva; que é iniciada na regeneração; e que é efetivada nos corações dos crentes pela presença e poder do Espírito Santo, o Selador e Consolador, no uso contínuo dos meios decretados - especialmente a Palavra de Deus, o auto-exame, a abnegação, a vigilância, e a oração.

#### **Da Perseverança dos Santos**

Creemos que são crentes legítimos aqueles que resistem até o fim; que seus perseverantes vínculos com Cristo é o grande marco que os distingue dos professos superficiais; que uma especial providência zela por seu bem-estar; e eles são guardados pelo poder de Deus através da fé para a salvação.

#### **Da Harmonia da lei e do Evangelho**

Creemos que a Lei de Deus é a regra eterna e imutável de seu governo moral; que ela é santa, justa, e boa; e que a incapacidade que as Escrituras atribuem aos homens caídos de cumprir seus preceitos provém inteiramente de seu amor ao pecado; livrá-los disso, e restaurá-los através de um mediador à obediência não fingida à santa Lei, é um grande fim do evangelho, e dos meios de graça associados com o estabelecimento da Igreja visível.

#### **De uma Igreja Evangélica**

Creemos que uma Igreja visível de Cristo é uma congregação de crentes batizados, associados pelo pacto na fé e comunhão do evangelho; observando as ordenanças de Cristo; governados por suas Leis, e exercitando os dons, direitos, e privilégios investidos neles pela sua Palavra; que seus únicos oficiais bíblicos são bispos, ou pastores, e diáconos, cujas qualificações, reivindicações, e deveres são definidos nas epístolas a Timóteo e Tito.

#### **Do Batismo e da Ceia do Senhor**

Creemos que o Batismo cristão é a imersão de um crente em água, em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; para anunciar, em um solene e belo símbolo, nossa fé no Salvador crucificado, sepultado e ressurreto, com seu efeito em nossa morte para o pecado e ressurreição para uma nova vida; que é pré-requisito aos privilégios de uma relação eclesiástica; e à Ceia do Senhor, na qual os membros da

Igreja, pelo uso sagrado do pão e do vinho, devem comemorar juntos a morte de Cristo por amor; precedido sempre por solene auto-exame.

#### **Do Sábado Cristão**

Creemos que o primeiro dia da semana é o dia do Senhor, ou o sábado cristão; e deve ser mantido sagrado para propósitos religiosos, pela abstenção de todo o labor secular e recreações pecaminosas; pela observância devota de todos os meios de graça, tanto privado quanto público; e pela preparação para aquele repouso que restará para o Povo de Deus.

#### **Do Governo Civil**

Creemos que o governo civil é de nomeação divina para os interesses e boa ordem da sociedade humana; e que devemos interceder pelos magistrados, conscienciosamente honrá-los e obedecê-los; exceto apenas nas coisas opostas à vontade de nosso Senhor Jesus Cristo, que é o único Senhor da consciência, e o príncipe dos Reis da Terra.

#### **Do Justo e do Ímpio**

Creemos que há uma diferença radical e essencial entre o justo e o ímpio; que apenas tantos quantos por meio da fé são justificados em nome do Senhor Jesus, e santificados pelo Espírito do nosso Deus, são verdadeiramente justos em Sua avaliação; enquanto todos quantos continuam em impenitência e incredulidade são, aos Seus olhos, ímpios, e sob a maldição; e esta distinção mantém-se entre os homens tanto na morte como depois dela.

#### **Do Mundo Vindouro**

Creemos que o fim do mundo está se aproximando; que no último dia Cristo descera do céu, e ressuscitará os mortos da sepultura para retribuição final; que uma solene separação então tomará lugar; que o ímpio será condenado à punição, e o justo ao júbilo infundáveis; e que este julgamento fixará para sempre o estado final dos homens no céu ou no inferno, sobre os princípios da justiça (CONFISSÃO de New Hampshire, 1833).

Agora, que sabemos quem são os batistas como se formaram e em que crêem, podemos dar continuidade ao relato desta pesquisa, apresentando os primeiros batistas que chegaram ao Brasil e suas relações com a área educacional.

### III. Os pioneiros batistas

Para a escrita deste trabalho até o presente momento fizemos uso de obras sobre a história da educação brasileira e da história dos batistas resultantes das pesquisas mais recentes. Estas obras foram consideradas como fontes secundárias conforme a justificativa expressa na Introdução.

A partir de agora, faremos uso mais intenso de outras obras, também referente aos batistas, que foram publicadas na primeira metade do século XX com o intuito de registrar a história deles em nosso país.

Estas obras são: “Historia dos baptistas do Brasil até o anno de 1906”<sup>25</sup>, de A. R. Crabtree, publicada em 1937; e “História dos Batistas do Brasil: de 1907 até 1935”, de Antônio N. de Mesquita, publicada em 1940. Consideramos estas obras como fontes primárias porque “quando as fontes primárias [são] perdidas, as secundárias mais próximas tornam-se primárias” (CARDOSO, 1984, p. 85).

Elas foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa porque relatam registros que estão atualmente perdidos ou dispersos pelas diversas instituições educacionais dos batistas, muitos dos quais sem localização exata conhecida pelas próprias lideranças consultadas. Sem os relatos destas obras, parte desta pesquisa estaria comprometida.

Com a mesma justificativa, faremos uso de duas obras biográficas escritas por Helen Harrison, filha do casal Bagby que foram publicadas, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos.

---

<sup>25</sup> Optamos por fazer uso da grafia da época do documento.

Estas obras são: “Os Bagby do Brasil: uma contribuição para o estudo dos primórdios batistas em terras brasileiras” de 1987 e “The Bagby of Brazil” de 1954. A primeira é uma adaptação para o português da segunda, editada originalmente, nos Estados Unidos e somente recuperado pela Junta de Educação Religiosa e Publicações da Convenção Batista Brasileira, na década de 70. Esta publicação americana também origem no Brasil, de uma terceira obra, intitulada “Ana Bagby, a pioneira”, publicada em 1972, pela União Feminina Missionária Batista Brasileira, sob a coordenação de Ruth Ferreira Mathews, que também é utilizada neste trabalho.

Sem mais ressalvas sobre as fontes utilizadas, dedicaremos este capítulo à memória de Anna e William Bagby, os primeiros missionários batistas oficialmente enviados ao Brasil. São suas vidas que aqui estão relatadas.

### **3.1 O clamor pelos missionários batistas**

Recordando, foi por causa da crise política e social gerada pela guerra civil que muitos norte-americanos deixaram seu país e buscaram no Brasil um refúgio onde pudessem recomeçar.

Entre eles, principalmente os sulistas foram atraídos pelas similaridades existentes entre o Brasil e seu país de origem, porque em ambos os lugares, a estrutura econômica e social estava fundamentada nas lavouras de monoculturas com uso de mão-de-obra escrava.

A maior discrepância existente entre os dois países ocorria no âmbito religioso. Enquanto o Brasil viva sob a hegemonia da Igreja Católica Apostólica Romana, os Estados Unidos tinha uma grande diversidade de igrejas, mas em sua maioria de cunho protestante.

Por esta razão, os imigrantes que desembarcaram em nosso país, traziam consigo esta diversidade religiosa até então desconhecida pelos brasileiros e impulsionaram o processo de inserção destas igrejas em nosso território.

Os batistas, segundo estudos realizados por Clark (1998) foram o último grupo dentre os protestantes a estabelecer trabalho missionário em solo brasileiro. Esta demora é entendida por outro estudioso, Amaral (2007), como reflexo da instabilidade política e econômica vivenciada pelos Estados Unidos nos meados do século XIX que teriam enfraquecido as contribuições financeiras ofertadas às agências fomentadoras das missões batistas.

Antes da Guerra Civil Norte Americana, era a China o grande campo missionário dos batistas americanos, porém já havia projetos de enviar missionários para a América do Sul que foram engavetados quando eclodiu a guerra.

Estes projetos só foram desengavetados quando imigrantes fixados no Brasil exerceram pressão, através de apelos redigidos para a Junta de Missões de Richmond, Virgínia, órgão responsável por missões filiado a Convenção das Igrejas Batistas do Sul dos Estados Unidos.

Sobre esta pressão exercida pelos imigrantes americanos encontramos o seguinte registro:

Em 1866, fundou-se em Santa Bárbara na Província de São Paulo uma colônia norte-americana, composta principalmente de presbiterianos, baptistas e methodistas. Por intermédio desses colonos as três grandes denominações do Sul dos Estados Unidos interessaram-se na evangelização do Brasil e fundaram as quatro denominações evangélicas mais fortes: a Igreja Methodista do Brasil, a Igreja

Presbyteriana do Brasil, a Igreja Presbyteriana Independente do Brasil e a Denominação Baptista Brasileira (CRABTREE, 1937, p. 32).

Assim, a inserção destas igrejas em nosso país deu-se pelo apelo dos imigrantes e foi de certo modo, favorecida pelas autoridades brasileiras que facilitaram a burocracia, como anteriormente mencionado<sup>26</sup>.

O principal motivo desta pressão exercida pelos imigrantes norte-americanos as suas agências fomentadoras de missões, especialmente no caso dos fiéis batistas, residia no conflito existente entre o desinteresse destes fiéis em assumirem por esforço próprio a realização deste trabalho e a consciência de que, por princípios, este trabalho era necessário e deveria ser realizado, pois o Brasil vivia sob a influência da fé católica.

Por esta razão, afirmamos que foram os imigrantes norte-americanos residentes em Santa Bárbara d'Oeste os responsáveis pelo envio dos primeiros missionários batistas ao Brasil.

Sobre este conflito de consciência existente nos colonos de Santa Bárbara, encontramos o seguinte relato:

O pastor Ratcliff percebia a carência espiritual do povo brasileiro e se dirigiu por carta à Junta de Richmond pedindo-lhe que enviasse missionários para o Brasil. Neste pedido, ele descrevia a igreja de Santa Bárbara como uma pequena igreja que cuidava da vida espiritual dos colonos, onde todas as atividades eram realizadas na língua inglesa e tinha como prioridade as necessidades dos mesmos, não sendo possível a ela sustentar este trabalho. (AMARAL, 2007, p. 22)

Outros historiadores batistas descrevem nosso país como um país Católico Romano de sentimentos tolerantes e liberais para com os protestantes. Isto porque, há registros anteriores ao período de imigração norte-americana nos quais as autoridades brasileiras davam garantias

---

<sup>26</sup> Ver seção "A imigração norte-americana" neste trabalho.

aos protestantes residentes no país desde que suas capelas tivessem aspectos de residências e não realizassem atividades missionárias entre os nacionais. Por isto, a visão que os batistas norte-americanos tinham de nosso país era:

[de um país] novo, no sentido que está emergindo das trevas do domínio do Papa e de Portugal, e está tomando lugar entre as nações progressistas da terra. O povo brasileiro não tem o Evangelho e a Igreja Catholica não satisfaz as suas necessidades espirituas. A experiencia de outras denominações demonstra que não há difficuldade absoluta no trabalho missionário entre os brasileiros. (CRABTREE, 1937, p. 37).

Assim, em 1880, a Convenção das Igrejas Batistas do Sul dos Estados Unidos, nomeou os primeiros missionários norte-americanos para o Brasil: o pastor e professor William Buck Bagby e sua esposa, Anna Luther Bagby, também professora.

Eles vieram não apenas para dar apoio espiritual aos imigrantes, mas difundir entre os brasileiros a sua visão cristã. Para eles, o nosso país tinha um governo

justo e estável, sabiamente administrado, offerecendo ampla segurança de vida, liberdade e propriedade; governo que reconhece mérito e pune promptamente os criminosos. São recebidos com corações abertos imigrantes industriosos de todos os paises estrangeiros e especialmente os dos Estados Unidos da América do Norte, offerecendo-lhes toda a facilidade e protecção necessárias para o seu progresso e prosperidade. [...] o povo é cortês, liberal e hospitaleiro. Mostra muito boa vontade para com o povo norte-americano e acha-se em condições favoráveis para receber das nossas mãos o christianismo evangélico que contribuirá para o progresso de seu país. [...] o clima é ameno, a terra elevada e salubre, o solo fértil, produzindo todos os productos variados de diversos climas. Estudando todos os campos, é evidente para nós que Deus na sua providência tem preparado de maneira especial aquella pátria e aquelle povo generoso para os exércitos evangelizadores da nossa denominação (CRABTREE, 1937, p. 42-43).

A maneira como os americanos percebem a recepção dos estrangeiros em nosso país, ajudamos a dimensionar a possível influência que estes missionários tiveram em nossa educação, através do Colégio Batista Brasileiro e aponta para quão profundo foi o processo de transplantação cultural denunciado por Ribeiro (2003) no âmbito educacional.

Para melhor delimitarmos a dimensão desta influência, precisamos conhecer melhor os fundadores do Colégio Batista Brasileiro, Anna e William Bagby. Na próxima seção relataremos como foram suas vidas até chegarem ao Brasil.

Para os batistas brasileiros, tanto, Anna como William são figuras fundamentais por causa do pioneirismo de seu trabalho. Suas memórias são retratadas pelos autores estudados dentro de uma aura de sacralidade que exige por parte dos historiadores seculares, respeito, mas também atenção. Suas análises não devem se deixar contaminar por esta sacralidade para que a História da Educação possa ter uma análise realística da contribuição destes indivíduos a educação nacional. Este é o desafio colocado a nós de agora em diante.

Para continuarmos devemos esclarecer que apesar de até agora sempre nos reportarmos ao casal de missionários, nossa narrativa deste ponto em diante, ficará mais centrada na figura de Anna, porque foi por iniciativa dela que o Colégio Batista Brasileiro foi fundado em 1901. Foi ela também quem o dirigiu por quase vinte anos, sendo a responsável pelas decisões educacionais tomadas.

Esta é a parte mais descritiva da pesquisa, mas não há como ser diferente.

Para nós, a história só existe porque indivíduos com suas ações modificaram as realidades em que viviam. Optar por não dar crédito a estes indivíduos é desumanizar a história e sem o elemento humano este campo científico deixaria de existir. Por isto, optamos fazer um breve relato sobre a vida de Anna Luther Bagby e seu esposo, William, os primeiros missionários batistas no Brasil.

### 3.2 Memórias de uma vida: Anna e William

A missionária Anna Luther Bagby foi registrada por seus pais como Anne Luther Bagby quando nasceu nos Estados Unidos, no dia 20 de março de 1859, na cidade de Kansas City no estado de Missouri.

Era a segunda filha do casal formado por John Hill Luther, natural de Rhode Island e de Anne Hasseltine, natural da Carolina do Sul.

Seu pai sempre desejou ser missionário em país estrangeiro, mas por influência do avô de Anna, dedicou sua vida ao trabalho missionário com ex-escravos na Carolina do Sul. Esta experiência o influenciou a dedicar uma parte de seu tempo no ensino e na redação de publicações denominacionais. Sua mãe, de quem Anna recebeu o primeiro nome, era descendente de huguenotes franceses que fugiram da grande perseguição no século XVIII.

A jovem Anna é descrita por Crabtree (1937) como uma jovem que desde muito pequena foi influenciada pela motivação missionária de sua família. Tinha um espírito profundamente religioso, de caráter corajoso e idôneo, possuindo todas as características necessárias a um missionário.

Ao completar onze anos, sua família mudou para a cidade de Saint Louis, no Estado de Missouri, porque seu pai fora chamado para ser o editor do jornal *Central Baptist*. Nesta cidade, Anna deu início a sua vida eclesiástica, assumindo publicamente através do batismo, sua convicção cristã<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> A igreja na qual Anna fez sua profissão de fé foi na Carondolet Baptist Church, pastoreada pelo seu pai.



Figura - Anna Luther com seu pai.

Sobre este episódio encontramos o seguinte relato escrito pela filha de Anna: “durante um ano inteiro, ela ia diariamente a um quarto desocupado, para ler as Escrituras e orar, pedindo aceitação diante de Deus. Tendo recebido a certeza da salvação<sup>28</sup>, pediu logo o batismo<sup>29</sup>” (HARRISON, 1987, p. 10).

A educação de Anna até a sua adolescência foi realizada na intimidade do lar, tendo seu pai como mestre, porém esta decisão, segundo o relato de sua filha, não foi ocasionada pela ausência de escolas nas cidades onde residiram, mas causa das dificuldades enfrentadas pela família por causa da Guerra Civil. Somente, quando a família mudou para a cidade de Saint Louis é que Anna pode estudar numa instituição, estudando respectivamente no Grammar School e na High School<sup>30</sup>.

<sup>28</sup> A certeza da salvação para o cristão batista é a convicção de que o indivíduo terá a vida eterna e que ressuscitará quando Jesus Cristo voltar novamente para realizar o julgamento final do mundo dos homens.

<sup>29</sup> O batismo é o ato público de fé que o indivíduo realiza para mostrar que aceitou os ensinamentos de Cristo. Para os batistas, este ato se dá quando o indivíduo é imerso em águas por livre escolha.

<sup>30</sup> Níveis de ensino que em nosso país compreendem atualmente, ao Ensino Fundamental II e ao Ensino Médio.

Após a conclusão do ensino médio, Anna foi matriculada na prestigiada instituição de Lexington Baptist College, graduando em Matemática e continuou os estudos na Saint Louis Normal School, na qual foi diplomada especialista em educação.

Durante estes anos de estudo, um acontecimento ocorrido em Lexington Baptist College, foi decisivo para sua carreira como missionária. Nesta instituição Anna, teve contato pela primeira vez, com a obra missionária batista na África e ficou impressionada com as necessidades espirituais e materiais daquele continente. Segundo sua filha, foi nessa ocasião, que Anna sentiu ser vocacionada para realizar o trabalho missionário. Mas, esta decisão demorou alguns anos para ser colocada em prática devido a todas as convenções sociais existentes quanto à condição feminina no século XIX.

Quando Anna completou dezoito anos, seu pai foi convidado para ser pastor de uma igreja na cidade de Galveston, no Texas. Como ela já era professora formada, Anna assumiu o cargo de professora da Escola Bíblica Dominical da igreja dirigida por seu pai e por causa de suas funções viajou para a cidade de Calvert, para participar da Primeira Convenção das Escolas Bíblicas Dominicais do Estado do Texas, em 1878.

Nas reuniões ali ocorridas, ela conheceu o jovem professor e pastor, William Buck Bagby, ex-estudante da Baylor University, em Waco, pela qual ele obtivera os títulos de Bacharel e Mestre de Artes.

Anne e William iniciaram uma longa correspondência porque ele era residente em Courtney onde atuava como professor público e pastor licenciado<sup>31</sup> da igreja localizada na cidade vizinha de Plantersville.

---

<sup>31</sup> Ser pastor licenciado dava ao jovem William o direito de pregar o Evangelho enquanto estudava teologia. Ele foi ordenado pastor em 16 de março de 1879.

A correspondência do casal é várias vezes citada pela filha de Anna, na qual ela sempre explicitava sua intenção de atuar como missionária no estrangeiro ao namorado.

Numa destas correspondências Anna dizia:

[...] eu tenho que ser missionária no estrangeiro! Papai me diz muitas vezes: ‘minha filha, aguarde que a Providência abrirá as portas’, mas eu respondo: ‘por que esperar, quando nós mesmos podemos fazê-lo!’. Com a permissão de papai e mamãe, dentro de três anos darei entrada ao meu pedido de nomeação para esse campo de trabalho (MATHEWS, 1972, p. 11).

Contudo, parecia que William não compartilhar desta expectativa, pelo menos no princípio porque ele esperava estudar mais uns três anos de teologia no seminário de Louisville e então, ser convidado para ser o pastor titular em alguma igreja de seu próprio país.

Este desencontro de expectativas entre Anna e William é mais perceptível, numa outra correspondência, datada de 1879, na qual Anna lhe escreve: “Lembra-se, Sr. Bagby, que o senhor disse que eu seria mais feliz se não fizesse planos de ir como missionária para o estrangeiro? Pois, eu me sinto muitíssimo feliz em fazê-los. A esperança de ir é minha vida” (HARRISON, 1987, p. 12).

Ao que parece, Anna só estava aguardando o melhor momento para entrar com o seu pedido junto a Junta de Richmond para ser missionária quando novamente sua família muda, após seu pai ser convidado para assumir as funções administrativas do Baylor College, em Independence, Texas. Esta era uma instituição grande que possuía tanto uma ala masculina como uma ala feminina de estudantes internos.

Nesta instituição Anna iniciou sua carreira como professora secular, assumindo a função de deã do departamento feminino e de professora da primeira turma de Trigonometria do College. E apesar de apresentar por esta época, um aspecto físico franzino, tendo 1,52m de

altura e 42 quilos, sua aparente fragilidade física nunca foi motivo de não receber, tanto por parte das alunas como por parte dos outros professores, o devido respeito como educadora.

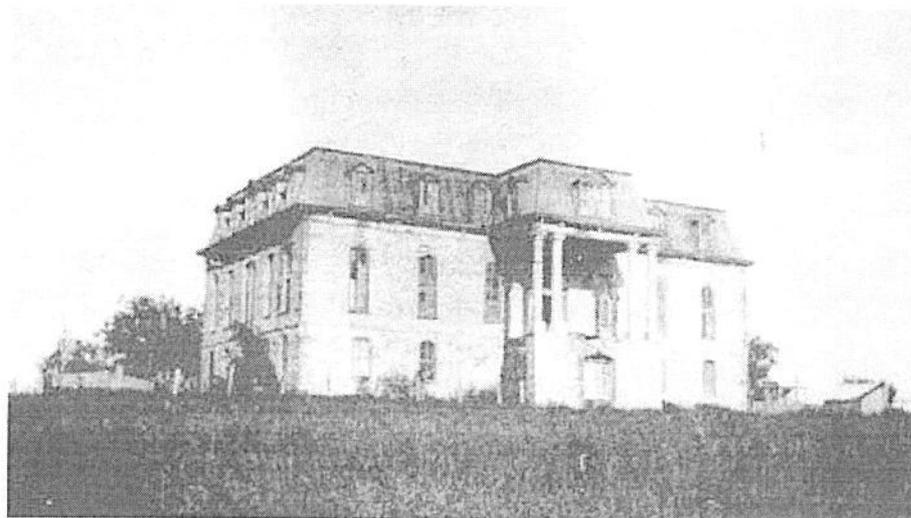


Figura - Baylor College, Independence, Texas

Esta mudança foi importante para o fortalecimento do relacionamento amoroso de Anna e William, porque a distância entre eles diminuía e William tinha mais condições de visitá-la e cortejá-la. No inverno de 1879, após ser ordenado pastor e reconsiderar a possibilidade de seguir carreira como missionário na exterior junto com Anna, William a pede em casamento.

No início do ano seguinte, Anna foi procurada pelo senhor Hawthorne, promotor nomeado pela Junta de Richmond responsável por levantar recursos para as Missões Estrangeiras junto às igrejas batistas do Texas e que buscava encontrar pessoas interessas em seguir carreira como missionárias em um novo campo missionário, o Brasil.

Hawthorne ficou sabendo do interesse por missões de Anna e fez grande apologia a respeito de nosso país, convidando-a. Até aquele momento, Anna sempre pensava ser

missionária na Birmânia<sup>32</sup>, mas a proposta feita por Hawthorne pareceu-lhe irrecusável. Ela aceitou o convite, mas desde que ele fosse ao encontro de seu noivo, William, e este concordasse com a proposta.

William, segundo os relatos de sua filha, por aquela época havia terminado a leitura de um livro ofertado por um amigo<sup>33</sup> sobre o nosso país e após conhecer todas as possibilidades de garantias de sustento<sup>34</sup> proposto pela Junta de Richmond, William resolveu aceitar o convite feito pelo senhor Hawthorne. A alegria que esta decisão trouxe a Anna ficou assim registrada na correspondência do casal:

Sua última carta trouxe-me a melhor notícias que já se encontrou nas delicadas dobras de um envelope. Espero que você não tenha sentido pressão, de minha parte, em tomar tal decisão. Não era minha intenção pressioná-lo, eu lhe asseguro. Se compreendi bem sua carta, você fez o pedido<sup>35</sup> para nós dois. Espero que tudo saia bem (HARRISON, 1987, p. 17).

Os biógrafos dos Bagby afirmam que com o relacionamento com Anna, William retomou antigos desejos infantis de conhecer o mundo. Diz sua filha, que quando ele era criança, ficava muito admirado com os contornos da América do Sul, durante as aulas de geografia.

Impulsionado pelo grande desejo de Anna e pelas conversas com seu amigo, Zacary C. Taylor<sup>36</sup>, William acabou por aceitar que esta era a vontade de Deus para ele. Numa carta direcionada a sua irmã, que vivia no estado do Colorado, ele afirmava:

[...] espero possuir um lar montanhoso, com um pássaro do paraíso, daqui a uns meses, embora fique milhares de milhas daqui, nas

---

<sup>32</sup> Atual Miamar.

<sup>33</sup> Z. C. Taylor

<sup>34</sup> Segundo Harrison, seu pai contaria com a contribuição das igrejas associadas na Associação do Texas, e sua mãe, Anne, seria sustentada pela Convenção Estadual.

<sup>35</sup> Era necessário que os interessados em serem enviados como missionários solicitassem a nomeação junto a Junta de Richmond. William Bagby fez esta solicitação para ele e sua noiva, em julho de 1880.

<sup>36</sup> Zacary C. Taylor, companheiro de seminário e amigo de Bagby, tornou-se o segundo missionário enviado ao Brasil, juntamente com a esposa, em 1882.

planícies de São Paulo, Brasil [...] General Hawthorne solicita que vá já a esse campo e que desista de meu curso no Seminário, e todos os meus amigos são da mesma opinião. (...) Apesar de deixar meu lar, meu torrão natal e os amigos com tristeza no coração, a convicção de estar a serviço do Mestre me alegrou. A companhia de certa mui querida jovencinha me abençoará nos dias vindouros (HARRISON, 1987, p. 16).

Assim, enquanto aguardavam a convocação da Junta de Richmond, Anna e William oficializaram sua união, num culto matrimonial, no dia 21 de outubro de 1880, realizado na cidade de Independence, pelo pai de Anna. Ela abandona suas funções docentes no Baylor College e muda-se para a cidade de Corsicana, Texas, onde seu esposo era pastor. Em dezembro daquele mesmo ano, o jovem casal embarca rumo ao Brasil.



Figura - Anna e William no dia do casamento

Dos preparativos até desembarcarem no Rio de Janeiro, na manhã do dia 02 de março de 1881, foram três longos meses. Só a viagem de navio durou quarenta e oito dias. Como não quiseram aceitar o auxílio do Governo Imperial<sup>37</sup> do Brasil para o transporte até o Rio,

<sup>37</sup> O governo de D. Pedro II custeava a passagem de missionários norte-americanos, mas diferente dos demais protestantes, os batistas defendem a total separação entre Igreja e Estado e, portanto o casal Bagby não aceitou a oferta recebida.

seguindo o princípio batista de separação entre Igreja e Estado, eles partiram de Baltimore, no dia 14 de janeiro de 1881 no cargueiro Yamoyden que fazia o transporte de mercadorias dos Estados Unidos para o Rio de Janeiro, pertencente a dois batistas.

Durante a viagem, Anna manteve um diário minucioso de tudo que acontecia como eles. Ela expõe todos os seus sentimentos de ser a única mulher a bordo e detalhes dos primeiros dias no novo país<sup>38</sup>. Segundo o relato deixado por Anna, após chegarem ao Rio de Janeiro, o casal foi por trem até São Paulo, e depois, do mesmo modo, até a Colônia de Santa Bárbara, onde ficaram hospedados por alguns meses na casa de Mrs. Mary Ellis. Mas, como o casal não tinha nenhum conhecimento da língua Portuguesa, eles acharam mais proveitoso, retornarem para Campinas e fixarem residência nas dependências do Colégio Presbiteriano<sup>39</sup>, no qual poderiam aprender a Língua Portuguesa, com os missionários presbiterianos.

Foi no Colégio Presbiteriano que durante os quinze primeiros meses de sua estada no Brasil, Anna atuou como professora e diretora substituta da ala feminina enquanto William atuava como pastor itinerante de Santa Bárbara.

Este relato confirma a ausência de profissionais da área da educação em nosso país e serve com exemplo como o Brasil não possuía políticas públicas para a formação docente, deixando atuar em solo nacional, qualquer estrangeiro que comprovasse sua qualificação.

Foi em Campinas que Anna aportuguesou seu nome para facilitar os contatos com os brasileiros, deixando de gravar Anne. Esta era uma prática comum entre os missionários (PEREIRA, 1985).

---

<sup>38</sup> Este diário serviu de fonte para as memórias escritas pela filha dos Bagby, Hellen Harrison. Soubemos através da responsável do acervo histórico do Colégio Batista Brasileiro, que os familiares dos Bagby estiveram no Brasil e levaram, para a biblioteca da Baylor University, Houston, Texas, vários materiais referentes à passagem dos Bagby pelo país e que este diário está entre estes materiais, hoje guardados no acervo desta instituição.

<sup>39</sup> Pelas nossas pesquisas, o Colégio Presbiteriano citado é o mesmo que atualmente é conhecido como Universidade Mackenzie, localizado na Av. Brasil, nº 1.200, Campinas. Até 2002, era conhecido também como Seminário Presbiteriano.

Neste período também nasceu o primeiro dos oito filhos de Anna. Por causa deles, ela passou os dezenove anos seguintes dedicando sua vida como cooperadora de seu esposo, cuidando dos afazeres domésticos e desenvolvendo uma obra educacional interna na igreja que não nos interessa detalhar.

Após este breve período no interior de São Paulo, Anne viveu com seu esposo em Salvador e no Rio de Janeiro. Em ambas as cidades, William instalou trabalhos missionários que deram origem as primeiras igrejas da denominação batista em solo brasileiro e que hoje, figuram como as mais importantes no país. São elas: a Primeira Igreja Batista do Brasil, fundada em Salvador, em 15 de outubro de 1882 e a Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro, fundada em 24 de agosto de 1884, na cidade do Rio de Janeiro.

É a data de fundação da igreja em Salvador que marca, oficialmente, o início das atividades da Igreja Batista no Brasil.

Durante estes anos, apesar de todos os sucessos da família Bagby na evangelização nacional, William e Anna sempre desejaram retornar a cidade de São Paulo, que no começo do século XX, despontava como um grande centro financeiro e produtor do país.

Em 1901, ao retornar das férias nos Estados Unidos, eles receberam permissão da Junta de Richmond para mudarem para a capital paulistana. Segundo Helen, foi na cidade de São Paulo que seus pais realizaram suas maiores ambições. Nas suas palavras:

[...] depois de vinte anos nos trópicos, dois na Bahia e dezoito no Rio, papai cumpriu afinal sua suprema ambição de voltar ao Estado onde ele tinha achado seu primeiro lar [...] Mamãe alcançou, em São Paulo, o cumprimento de sua grande ambição. Deveres caseiros e as exigências de oito bebês, com a perda de dois, tinham reduzido durante vinte anos o tempo e a energia que desejava dedicar ao seu programa evangélico. 'Almas, almas, são o que desejo de salário...

quero ver de novo o milagre da conversão<sup>40</sup>!’ dizia. Ela havia escrito à família nos Estados Unidos: ‘Tenho estado longe do trabalho tanto tempo que sinto fome por ele. Os homens são tão abençoados pelo seu ministério às massas através dos púlpitos’, comentava ela. Um colégio lhe forneceria comparável, se não superior influência (HARISSON, 1987, p. 63-64).

Este colégio desejado por Anna é o objeto desta pesquisa que a partir de agora tomará a nossa narrativa. É com ele que desejamos dimensionar a influência batista na educação brasileira. O escolhemos porque ele foi um trabalho educacional diferente dos realizados pelos batistas de outras regiões. Suas metas e intenções eram diferentes e talvez, por estas razões, ele ainda hoje seja o mais estável dos colégios batistas ainda em funcionamento no Brasil.

Na época em que Anna o fundou, os batistas tinham a sua perspectiva cristã espalhada pelo Brasil através do trabalho missionário no Nordeste, no Sudeste e no Norte. Segundo Crabtree (1937) eram ao todo 35 igrejas e aproximadamente 1.932 membros em todo o país.

Estes números são expressivos se considerarmos a hegemonia católica e a sua forte influência na política e na educação. Fica então a questão: os batistas influenciaram na educação brasileira? Somente através da história e análise da obra realizada no Colégio Batista Brasileiro que poderemos apontar uma resposta a esta questão.

---

<sup>40</sup> Conversão é o processo que todo cristão, batista, passa ao aceitar conscientemente e livremente as verdades do Evangelho a respeito de Jesus, que ele é Filho de Deus e Salvador de sua vida. A confirmação deste processo se dá com a pública confissão de fé e conseqüentemente, pelo batismo.

## IV – O Colégio Batista Brasileiro

Para reconstruirmos os anos nos quais Anna Bagby esteve no comando da administração do Colégio Batista Brasileiro fizemos uso das mesmas fontes que nos forneceram detalhes sobre sua vida e a elas, adicionamos um novo documento, localizado no Acervo Histórico do Colégio Batista Brasileiro.

Este documento consiste em um manuscrito escrito pela própria Anna, em 1919, no qual ela relata como transcorreu o tempo em que esteve na administração e porque tomou as decisões que tomou. O objetivo era deixar registrado como foi realizado o trabalho durante estes anos para a nova direção.

Parte deste manuscrito foi impresso em 1980, no programa de comemoração do

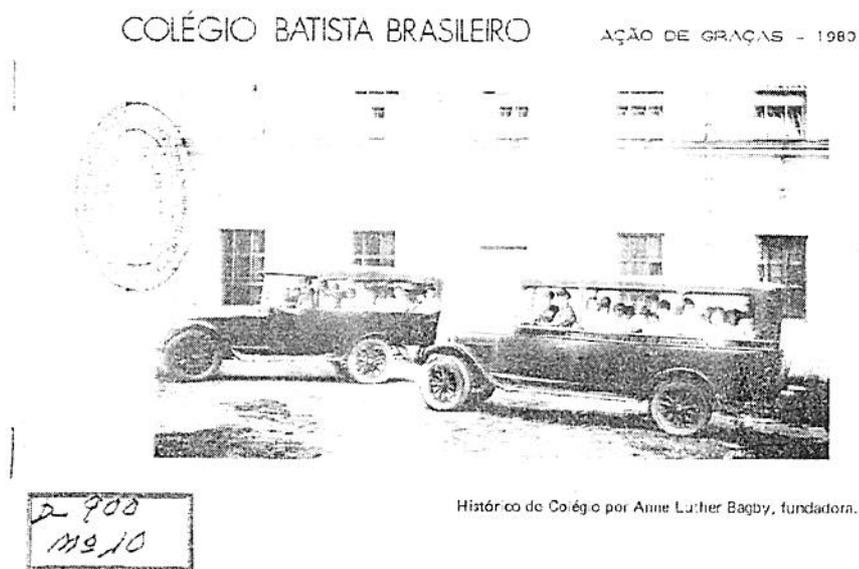


Figura - Capa do Programa de Comemoração do Aniversário

aniversário do colégio que gentilmente, a responsável pelo Arquivo Histórico do Colégio Batista Brasileiro, a senhora Josima, cedeu-nos uma cópia. Aproveitamos a oportunidade para agradecer a atenção recebida por esta senhora durante o período de coleta de dados para esta pesquisa, realizado no segundo semestre de 2.004. São com estas fontes que reconstruiremos neste trabalho os anos do Colégio Batista Brasileiro que estamos estudando.

#### **4.1 O interesse educacional dos batistas**

Para os batistas brasileiros é uma marca histórica o interesse do grupo pela educação secular. Tradição sempre lembrada quando seus historiadores querem defender suas obras educacionais realizadas durante os primeiros anos do século XX.

Sejam estas defesas, fruto da vaidade institucional ou mecanismo de legitimação da obra educacional secular realizada pelo grupo, fato é que os batistas são extremamente fervorosos ao defenderem a liberdade religiosa e o direito de livre associação do ser humano a uma igreja de sua escolha.

Por estes motivos, seus historiadores afirmam que os missionários batistas no início do século XX combateriam o analfabetismo em todos os países que alcançavam porque eles defenderiam o estudo dos textos bíblicos como a única forma do ser humano alcançar a exata compreensão do propósito da vinda de Jesus Cristo ao mundo.

Ou seja, deter a habilidade da leitura era fundamental para a expansão da Igreja Batista e por esta razão, nos Estados Unidos, os batistas teriam sido responsáveis pela

organização do sistema público de ensino<sup>41</sup>. Este serviria de modelo aos missionários que tentariam transplantá-lo para os países em que trabalhassem (MACHADO, 1994).

Sobre a atuação educacional no Brasil pelos batistas, Pereira (1985) considera que houve três grandes razões para ela acontecer: o grande número de pessoas analfabetas, o número insuficiente de escolas públicas disponíveis a população e o preconceito do povo brasileiro para com os batistas, considerados ignorantes por influência dos líderes católicos.

As duas primeiras razões estão em harmonia com a realidade da sociedade brasileira apontada no contexto histórico que abre este trabalho, enquanto a terceira, apesar de refletir o protecionismo do autor, nos remete aos sentimentos da época quanto à influência católica nas questões sociais.

Segundo ele, “dada à importância da leitura da Bíblia na divulgação do evangelho, era natural que os pioneiros se tornassem campeões na luta contra o analfabetismo” (PEREIRA, 1985, p. 52). Isto porque sem a leitura o indivíduo não teria acesso à única regra de prática e fé defendida pelos batistas e sem ter acesso a ela, não poderiam aderir a Igreja Batista.

Em contrapartida, os batistas estavam promovendo uma transformação social significativa no seio da sociedade brasileira porque combatiam, indiretamente, a incapacidade civil que o indivíduo analfabeto tinha diante da decisão constitucional de 1891 de não permitir a participação deste indivíduo na escolha de seus representantes.

Contudo, não podemos ser ingênuos quando as verdadeiras motivações dos missionários batistas, pois, seus esforços na área educacional não eram destituídos de interesses. A preocupação primeira era atrair para sua fé muitos brasileiros. A mudança social

---

<sup>41</sup> Segundo Machado (1994) destacam-se como notáveis educadores e co-responsáveis pela expansão do ensino nos Estados Unidos, o batista Henry Dunster, primeiro presidente do Harvard College e o fundador das escolas públicas daquele país, John Clarke.

decorrente disto serviria simplesmente para justificar sua posição teológica, como fazem seus historiadores.

Entretanto, diante da situação educacional do país, os colégios confessionais eram uma possibilidade a mais para o cidadão brasileiro que não tivesse acesso às instituições oficiais, com a garantia de um ensino de qualidade técnica superior aos demais colégios nacionais.

Esta superioridade técnica seria um reflexo positivo do preconceito social quanto à influência missionária, pois para superá-la, os missionários exerceriam suas atividades docentes com maior rigor.

Para os historiadores da educação nacional, foi com a institucionalização da liberdade de culto<sup>42</sup> que houve uma maior expansão dos colégios privados e “foi por via dessas escolas que as novas técnicas educacionais, particularmente as norte-americanas, passaram a ser introduzidas e conhecidas no Brasil” (XAVIER, 1994, p. 107). Entendemos ser esta a situação vivenciada pelos batistas.

Vindos dos Estados Unidos com uma formação profissional, na área educacional, realizada em escolas respeitadas na época pelo seu rigor científico e acadêmico, como é o caso de Anna Bagby; não temos porque acreditar que o ensino oferecido pelo Colégio Batista Brasileiro ou pelos outros<sup>43</sup> fosse precário.

---

<sup>42</sup> O Decreto 199-A de 7 de janeiro de 1890, “proíbe a intervenção da autoridades federal e dos Estados federados em matéria religiosa e extingue o padroado” (REIS FILHO, 1995, p. 20).

<sup>43</sup> A decisão de fundar e manter um colégio, não foi exclusividade de Anna Bagby, outros missionários o fizeram antes dela. Temos por exemplo, em 1898 a fundação do Colégio Taylor-Egídeo, na cidade de Salvador, BA. Sabemos que Emma Ginsburg teve um colégio na cidade de Campos, RJ, por algum tempo, enquanto seu marido era pastor da cidade, no mesmo período. Também em 1898, sabemos que duas missionárias fundaram um colégio em Belo Horizonte, MG. Em 1894, foi fundada a Escola Industrial na Bahia, que chegou ter 50 alunos no curso de mecânica. Todos esses colégios foram fundados com a intenção de dar instrução elementar ao povo, mas com exceção do primeiro, todos os demais tiveram em atividade por um breve período e deixaram de dar continuidade por diversos motivos após o ano de 1900. Por esta razão optamos pelo Colégio Batista Brasileiro para ser objeto desta pesquisa.

Os batistas realmente desejaram “usar as escolas e colégios para a propagação do Evangelho. Ministrando a melhor instrução possível, esperavam atrair muitos alunos e por meio de cultos e leituras bíblicas, desejavam evangelizar esses alunos” (PEREIRA, 1985, p. 52). Esta posição explicitamente aceita e descrita por este historiador é corroborada pelo estudo realizado por Schulz (1989).

Segundo ele, o ato educativo promovido pelos protestantes, de maneira geral, tem três fundamentos básicos: a visão de mundo, o saber protestante tido como conhecimento e a confiança na educação como elemento transformador da sociedade.

Sendo os batistas um grupo particular de protestantes, que tem sua visão de mundo expressa por sua declaração doutrinária, na qual o ser humano é apresentado como um ser imperfeito que necessita reconciliar-se com Deus para ter sua perfeição restabelecida e para saber como esta reconciliação é possível, tem que ter conhecimento do que Deus quer do ser humano e este conhecimento está especificamente descrito nos textos bíblicos, é urgente ao ser humano ter acesso a educação elementar, pois é esta que lhe dará a instrumentação necessária.

Portanto, entendemos que o ato educativo dos batistas é constituído como propôs Schulz: tem uma visão de mundo que é expressa como saber em sua declaração doutrinária e por esta razão, eles confiam que a educação é um elemento transformador da sociedade porque é ela que dá acesso a este saber.

Isto justificaria todo o envolvimento dos batistas em obras educacionais e seriam as razões dos historiadores batistas para justificarem as atividades educacionais desenvolvida por eles no Brasil ao alegarem que estes exerciam “muita influência em suas comunidades, em consequência do ensino de alto nível, capaz de gerar uma boa impressão nas famílias e

autoridades, e da seriedade no trato da Pedagogia e nos aspectos burocrático-administrativos” (MACHADO, 1994, p. 31).

Entretanto, devemos considerar que os batistas desenvolveram nos Estados Unidos uma obra educacional de caráter público, pois entendiam que

“a escola pública [como] um dos esteios mais fortes da democracia americana e [porque tinha] contribuído maravilhosamente para o progresso do povo americano. É por causa desta influencia que foi adoptada em vários outros países.” (CRABTREE, 1937, p. 17)

A questão que nos é colocada agora é como foi desenvolvida a obra educacional dos batistas no Brasil? Admitida a influência desta obra, a partir dos dados oferecidos pelos historiadores batistas, como historiador da educação nacional, buscamos dimensionar esta influência defendida através da história do Colégio Batista Brasileiro durante os anos de 1902 a 1919, quando a primeira missionária batista no Brasil Anna Luther Bagby, era sua diretora.



Figura - Anna Luther Bagby nas dependências do colégio

## 4.2 A história do colégio

### 4.2.1 A relação entre os batistas e a ilusão liberal: a fundação do colégio

Quando os Bagby chegaram na São Paulo de 1901 foram morar próximo de outro casal de missionários americanos<sup>44</sup> e como estes também tinham filhos em idade escolar como os de Bagby, Anna resolveu reuni-los em sua casa todas as manhãs para instruí-los.

Esta decisão motivou-a a retornar a sua função de docente e por meio de contatos informais, ela ficou sabendo que havia nas proximidades, uma pequena escola particular, dirigida por uma presbiteriana que estava em busca de um comprador.

Aproveitando a festa de encerramento das atividades escolares, Anna compareceu no modesto colégio para conhecer suas dependências e as suas condições de compra. Em seu manuscrito, ela nos relata da seguinte maneira como seu deu a negociação:

Em nossa vizinhança, mantinha uma escola particular a Sra. Mary Mc Intyre, que nos convidou para assistirmos a sua festa de encerramento. Ficamos encantadas. Soubemos, então, que ela desejava vender a instituição e tendo eu motivos para crer que a União Geral de Senhoras do Sul dos EE. UU. daria forte apoio a tal empreendimento, indaguei das condições. Ela oferecia seu nome e influência, juntamente com algumas escrivatinhas bastante gastas por 10:000\$000, afirmando que o lucro mensal, eliminadas as despesas, montava a 2:000\$000 (...) Fechamos, portanto, o contrato e dedicamo-nos, eu e a ex-diretora, à visita aos alunos. Cinco famílias prometeram-nos seu concurso. Além destas, eu tinha conhecimento de várias famílias estrangeiras que desejavam ensino em instituição evangélica sob os nossos moldes. No dia 10 de janeiro de 1902 fundou-se, portanto, o ‘Colégio Progresso Brasileiro’, exibindo em seu letreiro, em letras garrafais, o nome da ex-diretora, à Alameda dos

<sup>44</sup> J. J. Taylor pastor da Primeira Igreja Batista de São Paulo.

Bambus, nº 5, no mesmo prédio ocupado previamente por trinta e dois alunos e suas professoras. (BAGBY, 1919).

Assim nascia o atual Colégio Batista Brasileiro. O custo de obter esta instituição foi avaliado por Harrison (1954) em três mil dólares, pagos por meio de um financiamento de sete anos, sem a esperada ajuda da União Geral das Senhoras do Sul dos Estados Unidos ou da Junta de Richmond.

Apesar da defesa dos historiadores batistas dar a entender que a abertura de escolas fazia parte de uma estratégia da Igreja Batista para a sua expansão, a ausência da participação das agências fomentadoras de missões no envio de recursos financeiros para a aquisição do Colégio Batista Brasileiro, denuncia que pelo menos, este colégio foi fruto mais da iniciativa pessoal de Anna do que da denominação. Este fato fez Machado (1994) classificar o período de 1902 a 1919 como um período de tímido apoio da denominação na obra educacional dos batistas brasileiros.

Entretanto, este fato não invalida o argumento de que as escolas eram utilizadas pelos missionários como veículo de propagação de sua crença. Isto de fato é assumido pela Igreja Batista através de seus historiadores.

O que queremos ressaltar é que esta prática só veio se tornar mais efetiva após o período aqui estudado. Anna adquiriu esta escola por causa dos argumentos que fundamentam o ato educativo para os protestantes analisado na seção anterior. Somente numa fase posterior à inserção dos batistas no Brasil, a obra educacional passará a ser de responsabilidade das organizações mantenedoras dos trabalhos missionários. No caso do Colégio Batista Brasileiro, isto ocorrerá em 1919, quando Anna deixara sua direção a disposição da Junta de Richmond.

Esta questão é uma particularidade que diferencia o trabalho dos batistas de outros trabalhos realizados por protestantes no Brasil. Como Xavier (1994) propõe em seu estudo, após a declaração de liberdade de culto, houve uma maior expansão de escolas particulares confessionais de linha protestante, como as dos metodistas e presbiterianos, mas a forma como esta expansão se deu dentro de cada denominação protestante é um fator de distinção que deve ser considerado pelo historiador da educação.

Este caráter pessoal na realização da obra educacional batista talvez seja o fator responsável pela sacralidade que envolve a análise realizada pelos historiadores denominacionais, que em nome da valorização do esforço destes missionários, tendem a superdimensionar suas contribuições para a educação brasileira, abrindo mão de uma reflexão mais crítica sobre a mesma.

No caso dos batistas, esta ação educacional realizada no Colégio Batista Brasileiro, entre os anos de 1902 a 1919, assemelha-se as atuações dos políticos brasileiros preocupados com a educação no período imperial. Somente por influência destes ‘notáveis’, fazendo uso das palavras de Ribeiro (2003), foi possível haver algumas inovações. Contudo, como mencionado, estas práticas individuais merecem uma atenção especial por parte dos historiadores, pois elas estão limitadas tanto a formação recebida quanto aos ideais da classe social destes indivíduos notáveis. Sendo assim, é mais provável que sejam os ideais norteamericanos de sociedade que influenciaram as decisões da educadora Anna do que as preocupações religiosas da missionária.

Nos relatos bibliográficos sobre os Bagby encontramos evidências de que eles compartilhavam dos ideais que formavam a Ilusão Liberal conceituada por REIS FILHO (1995) como

a crença de fundar a organização política – Democracia Representativa – na livre escolha, fazendo o eleitor – o cidadão, titular de todos os direitos políticos e, portanto, de todo o Poder que periodicamente é delegado a representantes e dirigentes através de eleições. Os eleitos representam o conjunto da cidadania e em seu nome governam (REIS FILHO, 1995, p. 1).

Harrison (1987) registra que a Proclamação da República foi um sonho dos missionários realizado porque traria ao Brasil, a liberdade de consciência legalmente constituída através da separação da Igreja e do Estado. Para ela

os missionários contribuíram com idéias democráticas entre governo de Estado e igrejas, e influenciaram, por pouco que fosse, os destinos da nação brotante. Aristides Lobo, que veio a ser Secretário do Interior, recorreu a papai, nas vésperas do estabelecimento da República, e conversaram longamente a respeito da Constituição dos Estados Unidos. Lobo fez uma cópia da constituição americana, fornecida por papai, e foi assim que a liberdade de consciência veio a fazer parte da constituição da nova República. Essa cláusula ainda voga. O Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá, que se converteu puramente pela leitura da Bíblia, era membro do Congresso Brasileiro e serviu como secretário da assembléia que redigiu a Constituição da República. Ele foi grande amigo do Sr. Barbosa Lima, que exerceu grande influência a favor da separação entre a Igreja e o Estado e liberdade religiosa. O Dr. Lima comentou, quando apresentado ao missionário E. A. Jackson, que a leitura de Bíblias, que ele possuía nas várias línguas por ele conhecidas, foi fator poderoso em sua posição liberal na legislação (HARRISON, 1987, p. 47).

Guardado os devidos cuidados que devemos ter quanto à extensão da veracidade dos fatos narrados pela filha dos Bagby, devemos ter em mente, que os missionários batistas, e em particular, os Bagby eram indivíduos de sua época e como tal, estavam totalmente de acordo com as posições políticas tidas como progressistas naqueles tempos, desde que elas não afetassem suas crenças. E por esta razão, podemos concluir que o mesmo ocorria dentro do âmbito educacional.

Desta forma, mesmo com todas as dificuldades iniciais, o Colégio Batista Brasileiro, abriu suas portas em 1902 para receber e educar dentro dos altos padrões morais dos batistas, meninas da cidade de São Paulo e do interior do Estado.

A opção pelo público feminino faz do colégio de Anna mais um exemplo de como as mudanças na legislação, ocasionadas pela Proclamação da República, influenciaram na expansão educacional das iniciativas privadas que passaram a atuar onde o Estado era ausente<sup>45</sup>.

Esta opção revela uma face conservadora de Anna, no aspecto pedagógico, provavelmente calcado em seus valores religiosos, que não viam como respeitável a co-educação. Isto legará ao colégio uma expressividade secundária dentro do cenário educacional batista por causa da

(...) sua índole regionalista, [este] nunca teve grande atuação na vida batista em geral. Nem por isso deixava ele de servir admiravelmente à sua comunidade. Fundado para educar as jovens da paulicéia, nunca se afastou dessa rota. Desde que ele foi fundado estava nas cogitações dos missionários fundarem outro para rapazes e de ano em ano se faziam tocantes apelos a Richmond para fazer as apropriações devidas a esse desejo. Entretanto, nunca foi realizado. Continuou, pois, sozinho o colégio fundado pelos irmãos Bagby. Em 1911, devido certamente ao papel que o do Rio exercia na vida batista em geral, foi também pedida uma junta administrativa para o de S. Paulo. De 1913 em diante deixou de figurar esta junta nas deliberações na convenção, sem que isso militasse contra sua obra educativa (MESQUITA, 1940, p. 102).

De fato, nunca foi objetivo do Colégio Batista Brasileiro, educar rapazes com o intuito de preparar uma liderança nacional para a Igreja Batista, tal como ocorria no Colégio Batista do Rio de Janeiro, citado no relato acima, que foi fundado em 1907 especialmente para atender a esta finalidade.

Mesmo com a constituição de uma Junta Administrativa ligada à Convenção Batista Brasileira a intenção, de fazê-lo atuar semelhantemente como o colégio do Rio de Janeiro, não surtiu efeito, como o próprio relato nos informa. Talvez, este fracasso tenha sido o fator

---

<sup>45</sup> Conforme Ribeiro (2003) e Xavier (1994) citados na página 32 deste trabalho.

responsável pelo desinteresse da denominação pela obra educacional ali realizada, o que explicaria a dificuldade de encontrarmos documentação a respeito dele.

Além disto, este relato testemunha sobre o descaso existente no período quando a educação feminina, que também no Brasil, não era tida como prioridade pelos batistas. Estes estavam mais preocupados com a expansão de sua Igreja e com a necessidade de preparação de líderes nacionais para dirigi-las.

Porém, este descaso denominacional, permitiu a Anna trabalhar livremente para adaptar o currículo e o modelo de ensino às aspirações sociais da época, sendo a atividade pedagógica desenvolvida por ela, exemplo único da relação existente entre os princípios batistas e as aspirações liberais do período.

Durante suas visitas as casas das famílias que já eram clientes da ex-diretora, Anna percebeu que se quisesse que seu colégio ganhasse o prestígio da população paulistana, deveria torná-lo muito semelhante ao projeto educacional dos republicanos paulistas.

Este projeto consistia em um novo modelo escolar para o ensino primário, desenvolvido entre os anos de 1890-1910, conhecido como grupos escolares. No período da implantação deste modelo ele foi considerado a obra mais progressista da educação brasileira por que

[...] os republicanos mitificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança de consolidação do regime, mas a regeneração da Nação. A escola primária tornou-se uma das principais divulgadoras dos valores republicanos; por isto, os grupos escolares tornaram-se um símbolo. Era preciso torná-los evidentes, exibi-los, solenizá-los! (SOUSA, 1998, p. 15).

Os Bagby compartilhavam dos anseios dos republicanos brasileiros e para Anna ter os grupos escolares como modelos não era um problema, tanto que ela afirma que

quanto ao programa de ensino do colégio, não houve dificuldade. Eu havia sido providencialmente preparada na reconhecida Escola Normal de São Luiz no estado de Missouri, e dali passei a ensinar nos cursos superiores de Baylor College em Texas. Organizei os cursos a modelo dos grupos escolares para admissão ao ginásio oficial. Dávamos inglês e francês no curso regular e oferecíamos ainda inglês particular e música a pedido (BAGBY, 1919).

Sendo assim, podemos admitir que o Colégio Batista Brasileiro, nos anos em que foi dirigido por Anna Bagby, teve sua organização tanto administrativa quanto pedagógica fundamentada no mais complexo princípio da racionalidade científica e na divisão de trabalho, representado pelos grupos escolares paulistas.

#### **4.2.2 A organização e a estruturação do colégio**

Os grupos escolares foram estudados por Souza (1998) em sua obra “Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)”. Estes tinham como principais características: a adoção da divisão dos alunos segundo o seu grau de conhecimento, provendo classes mais homogêneas, com um plano de estudos bem definido, assim como a jornada escolar. Isto deveria contribuir para um ensino mais homogêneo, padronizado e uniforme.

Nas memórias de Harrison (1987), ela faz referência a esta estrutura administrativo-pedagógica adotada afirmando que o colégio tinha a princípio de quatro a cinco anos do curso primário. Isto é um indício que Anna adotara o modelo do grupo escolar de classes homogêneas buscando uma padronização entre o grupo de alunas.

Considerando que esta era uma prática ‘progressista’ para a época, podemos afirmar que a prática pedagógica de Anna, além de ser condizente com as inovações pedagógicas, era legitimadora da prática republicana, porque a adotava. Isto fazia do Colégio Batista Brasileiro uma escola privada distinta das demais que ainda adotavam a estrutura de diversos alunos, em diversos níveis, agrupados ao redor de um único mestre.

Quanto ao conteúdo curricular adotado por ela, apesar de não termos encontrado nenhum registro que comprove a afirmação que faremos, é bem provável que ela tenha tomado como fundamento para a construção do mesmo, as exigências do decreto n.º 248 de 1894 que determinava aos grupos escolares o estudo dos seguintes itens:

- Leitura e dedução de princípios de gramática;
- Escrita e caligrafia;
- Cálculo aritmético sobre números inteiros e frações;
- Geometria prática com as noções necessárias para suas aplicações à medida de superfície e volumes;
- Sistema métrico decimal;
- Desenho à mão livre;
- Moral prática;
- Educação cívica;
- Noções de geografia geral;
- Cosmografia;
- Geografia do Brasil (especialmente do Estado de São Paulo);
- Noções de física, química e história natural nas suas mais simples aplicações;
- História do Brasil e leitura sobre a vida dos grandes homens;
- Leitura de música e canto;

- Exercícios ginásticos apropriados às moças e trabalhos manuais apropriados à idade e ao sexo.

Esta adequação ao currículo oficial era um imperativo para a permissão da atividade da instituição escolar em nosso país, muito anterior a República e funcionava como um mecanismo de controle por parte do governo. Assim, as famílias tinham garantias de que as meninas estariam aptas a prestarem os exames para admissão na Escola Normal.

Outro diferencial do colégio era a educação moral oferecida, pois, com um colégio de origem confessional, não seria possível esperar outra postura. A filha de Anna relata

Mamãe dizia que desde o dia de sua fundação sua oração era: ‘quando esta instituição deixar de ganhar vidas para ti, Senhor, deixe-a morrer’. Seu compromisso em oração foi que, quaisquer que fossem os protestos de patrocinadores, amigos e inimigos, ela ensinaria a Palavra de Deus em todas as classes, confiante nele para preencher qualquer vaga que pudesse advir (...) Mães católicas romanas muitas vezes traziam suas filhas, porque tinham ouvido falar no amor e na alta moral do colégio e queriam que as meninas fossem criadas naquela atmosfera. Porém sempre admoestavam: ‘Não quero que ela se torne batista’. Naturalmente, a direção do colégio explicava que moral e religião são inseparáveis e que nenhuma garantia seria dada que a aluna não aceitaria a nossa fé. Assegurávamos que não aconselharíamos suas filhas a unirem-se a uma Igreja Batista sem o consentimento paterno. Nunca pregamos pressão religiosa, mas exigíamos freqüência nas aulas bíblicas e nas assembléias e usávamos persuasão inteligente, baseada na Palavra de Deus. Porém, em pouco tempo, as belas melodias e palavras de nossos hinos atraíam seus cativos, até mesmo nos casos mais tenazes. Era difícil suprimos hinários suficientes, porque as crianças os levavam para casa, apesar de protestos. Embora fossem artigos roubados, servia de evangelizadores em lares nunca atingidos por igrejas (HARRISON, 1987, p. 66).

Os critérios de escolha de Anna para o corpo docente eram: mulheres, membros de igreja protestante (não necessariamente batista) que tivessem sido formadas em escolas reconhecidas como a Escola Normal e o Colégio Metodista de Piracicaba.

Estas professoras, assim como as colegas que atuavam nas escolas públicas, deveriam fazer uso das seguintes práticas pedagógicas: marchas, contas e exercícios ginásticos, intercalados com as dinâmicas das aulas, além das cópias, das reproduções e da manipulação de objetos.

A disciplina e a participação deveriam ser incentivadas com a oferta de prêmios e com a colocação do nome no quadro de honra na entrada da instituição. E como na época, o método intuitivo era o método adotado pelos grupos escolares, acreditamos que os professores do Colégio Batista Brasileiro, o adotava.

O Colégio Batista Brasileiro, não limitava suas atividades educacionais ao ensino primário, também oferecia outros serviços como forma de garantir recursos financeiros.

Que fazer? Que recurso tínhamos abaixo de uma dívida que naquele tempo equivalia a três mil dólares! Lembramo-nos de abrir um Jardim da Infância na esperança de aumentar a renda. Soubemos que a Senhorinha Hortência Smith do Colégio Piracicabano (metodista) procurava colocação e a ela recorremos para esse mister. Ela prontamente aceitou o convite. Transferimos o refeitório para outra dependência e enchemos o salão de cadeirinhas e mesas baixas. Tudo pronto, mas onde as crianças? Nosso esforço, porém, não foi vão. Pouco a pouco vieram chegando, pois nosso era o único departamento de ensino infantil particular. Com o influxo dos alunos, tornou-se necessária a expansão de salas. Assoalhamos a cozinha e pedimos ao dono da casa que adaptasse o espaçoso porão ao uso de refeitório, cozinha e quartos para empregadas. Ele acedeu ao nosso pedido sem aumento no aluguel. A mão de Deus por toda parte se fazia sentir. (BAGBY, 1919).

Assim, o colégio não apenas atendia as necessidades de preparo de meninas no ensino primário, como também foi uma das primeiras instituições paulistas privadas a oferecer o ensino infantil. Infelizmente, não há registros detalhados sobre como estas atividades serão realizadas.

Sobre os alunos atendidos, ou melhor, as alunas, tanto no histórico deixado por Anna como nas memórias de sua filha, encontramos referência as classes sociais atendidas. Num destes relatos comentam que:

famílias na Avenida Paulista pediram condução para seus filhos, oferecendo bom pagamento, o que aproveitamos para iniciar um serviço que sobreviveu a nossa administração. De um colégio vizinho adquirimos um carro, tipo antigo, tendo o dono de nossa lavanderia oferecido o empréstimo de seu cavalo. Uma professora acompanhava as crianças diariamente. Este empreendimento causou-nos bastante preocupação e foi abaixo de lágrimas e oração que lançamos o projeto. O esforço intenso de dois dias quase deu fim ao nosso bucéfalo, pelo que recorremos a um “cocheiro” que oferecia seu próprio tempo na direção do carro, fornecendo ainda o uso do seu robusto animal. Breve transportávamos dessa maneira 40 alunos, dando saída às 7:30 horas, da manhã e regressando da última viagem às 6 da tarde. O médico do colégio ofereceu-nos o aluguel do seu auto, mas a desconfiança do novo veículo naqueles dias era tal entre as famílias, que não pudemos aceitar a proposta. Mas o carro fez sucesso! Evoluiu. A princípio era uma espécie de ‘tilbury’ coberto e puxado por um cavalo. Passou depois a ‘breque’ com tracção de dois fortes e rotundos burrinhos e finalmente venceu-se a oposição à posição à gasolina a ponto de instalarmos um ônibus de fabricação especial para o nosso uso (BAGBY, 1919).

Tanto esta passagem quanto a anterior, nós auxiliam na compreensão de quais classes sociais foram de fato, atendidas pelo Colégio Batista Brasileiro porque mostram o poder aquisitivo destas alunas que exigiam transporte, médico e ensino infantil, numa época em que estas práticas eram incomuns para um colégio voltado as classes trabalhadoras.

Assim, segundo estes relatos, a defesa feita pelos historiadores batistas de que seus missionários lutavam contra o analfabetismo no Brasil é no mínimo inconsistente. Principalmente, considerando os estudos dos historiadores da educação que afirmam que a educação feminina era exclusividade da classe média e alta, no início do século XX. Entendemos então, porque Florestan Fernandes é de opinião que “as organizações particulares, principalmente de caráter religioso, não se dedicaram no Brasil à educação

eminentemente popular” (apud Ribeiro, 2003, p. 85). E mesmo que as impressões de Harrison (1987) nos deixem em dúvida quanto a esta questão, porque várias vezes ela faz menção de que o colégio atingiu tanto os mais orgulhosos quanto aos mais humildes, somos da opinião de que este trabalho específico foi realizado para quem pudesse pagá-lo.

Tanto que, na iconografia abaixo, encontramos a presença masculina. Esta passou a ser admitida por Anna, quando as pressões dos pedidos das famílias e as necessidades de recursos financeiros, tornaram a questão da co-educação uma situação impossível de ser considerada. Mesmo assim, ela só admitia a permanência dos garotos no colégio até os dez anos de idade.



Figura - D. Anna e seu esposo entre o corpo discente em 1919

A grande contradição existente nesta obra educacional é justamente a questão financeira. Enquanto os historiadores dos batistas buscam relacionar o trabalho educacional desenvolvido aqui, com o desenvolvido nos Estados Unidos, em prol da escola pública; os

dados desta pesquisa sugerem outra intencionalidade, o arrebanhamento de fiéis pertencentes às classes médias e altas, tendo o elemento feminino como propagador.

A única semelhança com a escola pública está no fato, da adoção por parte da direção do colégio, do programa educacional idealizado pelos republicanos paulistas. Entretanto, estamos pautando nossas observações apenas nos registros encontrados. Infelizmente, não foram preservados os diários das salas de aula ou as fichas dos alunos, fontes que poderiam indicar melhor o nível social dos alunos, através das localizações de seus endereços.

Assim, de um modo muito geral o que podemos afirmar com certeza é que o colégio, em seus primeiros anos, atendia prioritariamente crianças do sexo feminino e do sexo masculino, com limitação de idade, provenientes da classe média e alta da sociedade paulistana.

Os historiadores denominacionais não faziam muita questão em relatar detalhes das atividades do colégio, pois este não tinha a preocupação de forma liderança nacional, então, a maioria dos dados encontrados foram os que contemplavam a constante ampliação do atendimento.

Ao que tudo indica, o colégio ia aumentando seu número de matrículas, ano após ano, chegando ao ano de 1919 com 200 alunos internos matriculados. O internato foi construído em 1909, segundo Harrison (1954), para contemplar os pedidos vindos das diversas famílias interessadas em educar suas filhas em São Paulo, mas que viviam no interior do estado.

No ano de 1915, por causa do grande número de alunos, o colégio deixou a casa alugada onde iniciara suas atividades para instalar-se num prédio mais espaçoso, alugado no antigo Largo dos Guayanazes<sup>46</sup>. Neste endereço ele permaneceu durante os próximos dez

---

<sup>46</sup> atual praça Princesa Isabel.

anos, quando foi transferido para o atual endereço em Perdizes, em 1923, após a Junta de Richmond assumir a sua direção.



Figura - O Colégio Batista Brasileiro em seu primeiro local de funcionamento, em 1901

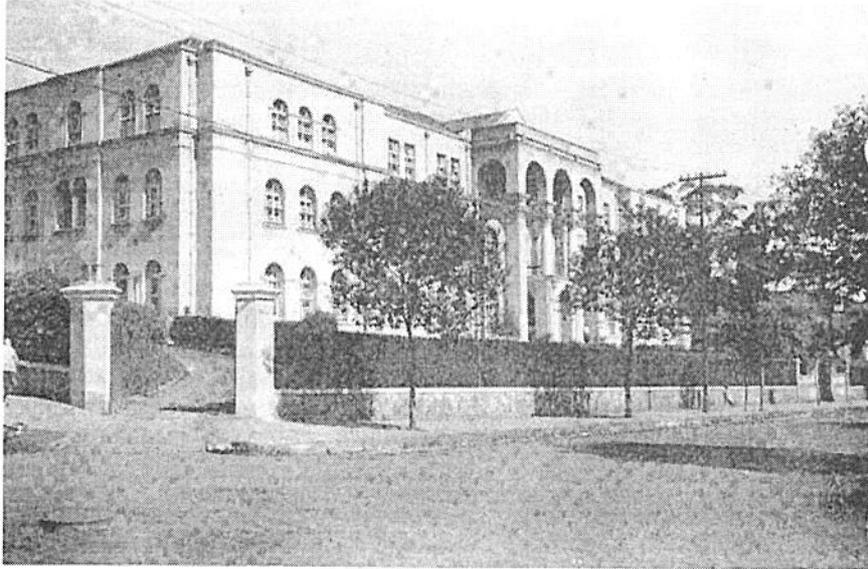
Foi no período de transição da direção do colégio para a Junta de Richmond, 1918-1919, que ele recebeu o nome de Colégio Batista Brasileiro, antes ele era conhecido como Colégio Progresso Brasileiro.

Após pedir para a Junta de Richmond assumir a direção do colégio, Anna e seu marido mudaram para Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e auxiliaram seus filhos, no trabalho missionário naquele estado, também fundando uma obra educacional, o Colégio Batista de Porto Alegre.

Anna viveu em Porto Alegre até o falecimento de seu esposo em 1939 e depois, mudou-se para o Recife, Pernambuco, onde faleceu no dia 24 de dezembro de 1942, consciente da expansão do seu modesto empreendimento. Neste ano, o colégio alcançou a marca de 700 alunas e abrangia muito mais do que um simples primário. Ele agora atendia ao

ensino secundário e tinha, em suas dependências: uma Escola Normal oficial, uma Escola de Belas Artes, além do ensino de música e línguas estrangeiras.

Por ironia da história, depois dela, nenhuma mulher assumiu sua direção.



Ann Babby Building, present São Paulo School  
Figura - Colégio Batista Brasileiro em 1942

## Conclusão

No decorrer de todo este trabalho as perguntas norteadoras de nossa reflexão foram: se os batistas haviam exercido influência no sistema educacional que estava sendo construído na Primeira República? E como esta influência era realizada?

Partindo do conhecimento de senso-comum sobre a obra educacional dos batistas no Brasil e das leituras das obras de historiadores denominacionais, que em seus textos, buscam exaltar toda a atividade realizada nesta área, também houve de nossa parte, a intenção de realizar um registro acadêmico da existência desta obra, com base numa análise crítica.

Para tanto, escolhemos como nosso objeto de pesquisa, a história do Colégio Batista Brasileiro porque esta instituição é um exemplar das instituições educacionais criadas pelos primeiros missionários batistas, no início do século XX, período que a nossa educação era um bem social acessível apenas as classes dominantes formadas por homens, brancos, católicos.

A criação desta instituição tem a sua história misturada com a história de seus fundadores porque sua criação não ocorre por iniciativa das organizações missionárias, mas por iniciativa de seus fundadores que foram enviados ao Brasil por uma destas organizações.

Por esta razão, esta instituição toma de seus fundadores, os princípios políticos e morais que vão regê-la, constituindo-se numa instituição confessional que teve em sua direção por quase duas décadas uma mulher religiosa.

Isto deixou suas marcas: um atendimento prioritário do público feminino; não admitindo co-educação, a não ser para crianças até 10 anos e sem o interesse de formar liderança para as igrejas que iam sendo fundadas.

Pelo fato de ser sua fundadora, uma imigrante norte-americana, vivendo num país que adotava sua terra natal como exemplo de nação a ser imitada, esta instituição foi durante o

período pesquisado, um local de divulgação e irradiação dos princípios de liberdade e de democracia. Tal postura foi reforçada pela própria história da denominação religiosa a qual sua fundadora era adepta.

Oriunda de um grupo que lutou por duzentos anos para ter direito à livre consciência religiosa, sem a intervenção do Estado em suas práticas religiosas; a fundadora deste colégio não encontrou objeção ao fazer de sua instituição mais um meio pelo qual o programa elaborado pelo partido republicano paulista fosse também proclamado.

Sendo assim, Anna Luther Bagby adota sem nenhuma restrição o modelo de grupos escolares, sob o qual estrutura e organiza todas as atividades pedagógicas.

Então, pode-se afirmar que a obra educacional batista influenciou a educação nacional ao legitimar o modelo educacional republicano, adotando-o em suas instituições e fazendo-as de veículo promocional dos ideais que formavam a Ilusão Liberal.

Como os republicanos, os batistas acreditavam que a educação era o único meio de pelo qual a sociedade brasileira poderia ser resgatada de sua ignorância como demonstra a atitude da Convenção Batista Brasileira, através de sua Junta de Educação, ter incentivado a criação de novas instituições educativas com o intuito de preparar brasileiros para sua liderança.

Desta forma, é plausível a hipótese apresentada por esta pesquisa, que foi construída, com a intenção de demonstrar que não somente os cristãos católicos influenciaram a educação brasileira, mas também, os diversos grupos de cristãos protestantes que adentraram ao nosso país no final do século XIX.

O objetivo deste trabalho foi atingido quando este identificou que a ação educacional, realizada por Ana Luther Bagby era de caráter progressista, porque ela adotara quatro inovações: três pedagógicas e uma política.

As inovações pedagógicas estão relacionadas com a estrutura organizacional dos grupos escolares que reunia os alunos em classes homogêneas; a adoção do método intuitivo de ensino, e o atendimento voltado para o público feminino. A inovação política é observada na contratação de professores formados em escolas específicas<sup>47</sup> denunciando uma preocupação com o profissionalismo do trabalho realizado em seu colégio.

Entretanto, estas inovações incorporados pelo Colégio Batista Brasileiro, não nos permite desconsiderar que a principal motivação para a realização desta obra educacional foi a oportunidade oferecida por ela, para que os Bagbys, pudessem divulgar suas crenças religiosas, através das filhas das classes médias e altas da sociedade paulista.

Por esta razão, é necessário ao historiador da educação, cuidado ao menosprezar as ações educacionais dos protestantes, na história da educação nacional. Se por um lado elas ampliaram o acesso à educação, aumentando a oferta de colégios, por outro, tenderam a propagar os ideais liberais dentro de suas expectativas religiosas.

Além disto, esta pesquisa revelou que há inconsistência na crença batista de que a ação educacional desenvolvida por seus missionários sempre visava às classes populares. Os relatos dos historiadores estudados não nos permite chegar a esta conclusão.

Muito pelo contrário, eles oferecem uma visão de uma educação de caráter elitista como toda educação desenvolvida no Brasil, desde o período colonial, que só era acessível a quem podia pagar por ela. Desta forma, é questionável a influência dos batistas, tanto quanto é questionável a influência educacional desenvolvida pelos católicos e divulgada pelos livros de História da Educação.

---

<sup>47</sup> Escola Normal de São Paulo e o Colégio Piracicabano.

## Referências

BAGBY, Anna Luther. **Histórico do Colégio Progresso Brasileiro**, 1919 (Memorial em forma de manuscrito, não publicado).

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma introdução à história** 4º Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

CARONE, Edgard. **A República Velha II: Evolução Política (1889-1930)** 4º Ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

COELHO FILHO, Isaltino Gomes. **Sou batista, tenho uma identidade**. Campinas, 2001. IN: Igreja Batista do Cambuí. Palestras. Base de Dados. Disponível em: < [www.ibcambui.ogr.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=46&Itemid=32](http://www.ibcambui.ogr.br/index.php?option=com_content&task=view&id=46&Itemid=32)>. Acesso em 13 outubro 2007.

CONFISSÃO de New Hampshire, 1833. IN: LUZ PARA O CAMINHO. Base de Dados. Disponível em: < [www.luz.eti.br/documentos.html](http://www.luz.eti.br/documentos.html)>. Acesso em: 10 outubro 2007.

CRABTREE, A. R. **História dos Baptistas do Brasil até o ano de 1906** – Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1937.

DICIONÁRIO Eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Versão 1.0: Instituto Antônio Houaiss, Editora Objetiva Ltda, 2001. CD-ROM.

GEORGE, Timothy. **Teologia dos Reformadores** – São Paulo: Vida Nova, 1993.

HARRISON, Helen Bagby. **Os Bagby do Brasil: uma contribuição para o estudo dos primórdios batistas em terras brasileiras**. Rio de Janeiro: JUERP, 1987.

HARRISON, Helen Bagby. **The Bagbys of Brazil** -- Crawford, Texas: Crawford Christian Press, 1954.

LEONARD, Émile G. **O protestantismo brasileiro**. Rio de Janeiro: ASTE, 1963.

MACHADO, José Memésio. **A contribuição batista para a educação brasileira**. Rio de Janeiro: JUERP, 1994.

MATHEWS, Ruth Ferreira. **Anna Bagby, a pioneira**. Rio de Janeiro: UFMMB, 1972.

MESQUITA, Antonio Neves de. **História dos Batistas do Brasil de 1907 até 1935** – Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1940.

PEREIRA, José dos Reis. **A história dos batistas brasileiros (1882-1982)**. 2º ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1985.

REIS FILHO, Casemiro. **A educação e a ilusão liberal: origens da Escola Pública Paulista**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da Educação Brasileira: A organização escolar** 18º Ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: LDB, trajetória, limites e perspectivas** 9º Ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

SCHULZ, Almiro. **Fundamentos da educação protestante no Brasil: Hipóteses Explicativas** Campinas: Pontificia Universidade Católica de Campinas, 1989 (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Roberto do Amaral. **Princípios e doutrinas batistas: os marcos de nossa fé** – Rio de Janeiro, JUERP, 2003.

